



Universidade de Brasília - UnB

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS - FACE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA**

MARCELO RIBEIRO MEDEIROS

**ANÁLISE DO USO DO PREGÃO ELETRÔNICO NAS COMPRAS PÚBLICAS
PELO COFEN SOB A PERSPECTIVA ECONÔMICA**

BRASÍLIA - DF

2022

MARCELO RIBEIRO MEDEIROS

**ANÁLISE DO USO DO PREGÃO ELETRÔNICO NAS COMPRAS PÚBLICAS
PELO COFEN SOB A PERSPECTIVA ECONÔMICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (FACE) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Gestão de Finanças Públicas.

Orientador(a): Prof. Dr. Jorge Madeira Nogueira.

BRASÍLIA-DF

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de ensino, estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte.

RM488a Ribeiro Medeiros, Marcelo
ANÁLISE DO USO DO PREGÃO ELETRÔNICO NAS COMPRAS PÚBLICAS
PELO COFEN SOB A PERSPECTIVA ECONÔMICA / Marcelo Ribeiro
Medeiros; orientador Jorge Madeira Nogueira. -- Brasília,
2022.
86 p.

Dissertação (Mestrado em Economia) -- Universidade de
Brasília, 2022.

1. Compras públicas. 2. Licitação. 3. Pregão eletrônico.
4. Cofen. I. Madeira Nogueira, Jorge, orient. II. Título.

Ficha catalográfica

MARCELO RIBEIRO MEDEIROS

**ANÁLISE DO USO DO PREGÃO ELETRÔNICO NAS COMPRAS PÚBLICAS
PELO COFEN SOB A PERSPECTIVA ECONÔMICA**

Dissertação aprovada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (ECO/UnB). A Comissão Examinadora foi formada pelos professores:

Prof. Dr. Jorge Madeira Nogueira (Orientador)
Departamento de Economia (UnB)

Profa. Dra. Milene Takasago (Examinadora Interna)
Departamento de Economia (UnB)

Prof. Dr. Antônio Nascimento Junior (Examinador Externo)
Departamento de Administração (UnB)

BRASÍLIA-DF

2022

Dedico esse trabalho à minha esposa amada, Rosana Pessoa, que sempre esteve junto comigo, apoiando e incentivando, com paciência e amor. Dedico ainda aos meus amigos de turma, Maria Augusta Vieira e Kleydson Feio, que sempre me incentivaram nas horas mais difíceis desse trabalho. E por fim, dedico aos meus chefes Michel Figueiró e Gilney Guerra, que sempre acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, a Ele toda honra e toda glória!

Agradeço aos meus pais, pela educação recebida, a meus filhos pelo amor, a meu irmão, meus cunhados e cunhadas pelo apoio, a meus colegas de trabalho pela paciência e ajuda.

Agradeço à Diretoria do Cofen, por incentivar os seus funcionários a se qualificarem profissionalmente para a melhoria dos processos de trabalho nos Conselhos de Enfermagem e ainda pela oportunidade de cursar um mestrado profissional desse nível, que mudou a minha forma de pensamento com relação à Economia, e a vida profissional em geral.

Agradeço ao meu orientador Prof. Doutor Jorge Madeira Nogueira, pelos ensinamentos prestados.

A todos os meus sinceros agradecimentos!

“Combati o bom combate, terminei a corrida, guardei a fé”.

2 Timóteo 4:7.

RESUMO

MEDEIROS, Marcelo Ribeiro. Análise do uso do pregão eletrônico nas compras públicas pelo Cofen sob a perspectiva econômica. 2022. 85f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília (UnB). Brasília/DF, 2022.

Esta dissertação apresenta o estudo e análise do uso do Pregão Eletrônico nas compras públicas do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), no período de 2007 a 2020 inserido em um contexto onde a escassez dos recursos torna necessário maior racionalidade na sua utilização e ainda em obediência ao princípio da economicidade visando tanto a redução de custos, como a maximização dos ganhos e transparência nas compras e contratações para que o interesse público seja resguardado. Foram abordadas as literaturas ligadas à gestão pública no que tange às compras como instrumento de política pública e sustentabilidade. A pesquisa foi desenvolvida a partir das informações constantes nos registros do Cofen e do Portal de compras do Governo brasileiro (Comprasnet), assim como documentos disponíveis no portal da transparência do Cofen. A pesquisa tem cunho quantitativo, seguindo o método dedutivo, sob os critérios explicativo e exploratório. Os resultados obtidos foram no sentido de que o sistema de compras do Cofen, ao utilizar de forma majoritária o Pregão Eletrônico, vem diminuindo custos, aumentando a concorrência e priorizando a economicidade e transparências nas compras públicas, seguindo assim a tendência mundial rumo a uma gestão pública cada vez mais estratégica e transparente. Conclui-se que o uso da modalidade de licitação Pregão Eletrônico, traz em si muito mais vantagens do que desvantagens (estas que podem ser facilmente sanáveis) e os processos de aquisição de bens e serviços comuns, que por muito tempo foram vistos como entrave para o desenvolvimento das atividades administrativas, por diversos motivos, com o Pregão Eletrônico, ganhou-se maior agilidade, redução de custos, maior concorrência, permitindo que as compras públicas pudessem ocupar seu papel estratégico dentro do cumprimento do bem comum.

Palavras-Chaves: Compras públicas. Licitação. Pregão Eletrônico. Cofen.

ABSTRACT

MEDEIROS, Marcelo Ribeiro. Analysis of the use of electronic trading in public purchases by Cofen from an economic perspective. 2022. 85f. Dissertation (Professional Master in Economics) – University of Brasília (UnB). Brasilia/DF, 2022.

This dissertation presents the study and analysis of the use of Electronic Auctions in public purchases of the Federal Nursing Council (Cofen), in the period from 2007 to 2020 inserted in a context where the scarcity of resources makes it necessary to be more rational in its use and still in obedience to the principle of economy, aiming at both cost reduction and the maximization of gains and transparency in purchases and contracts so that the public interest is protected. Literature related to public management regarding purchases as an instrument of public policy and sustainability was approached. The research was developed from the information contained in the records of Cofen and the Brazilian Government's Procurement Portal (Comprasnet), as well as documents available on the Cofen transparency portal. The research has a quantitative nature, following the deductive method, under explanatory and exploratory criteria. The results obtained were in the sense that Cofen's purchasing system, by using the Electronic Auction mostly, has been reducing costs, increasing competition and prioritizing economy and transparency in public purchases, thus following the world trend towards increasingly strategic and transparent public policy. It is concluded that the use of the Electronic Auction bidding modality brings in itself many more advantages than disadvantages (which can be easily remedied) and the processes of acquisition of common goods and services, which for a long time were seen as an obstacle to the development of administrative activities, for various reasons, with the Electronic Auction, greater agility was gained, cost reduction, greater competition, allowing public procurement to play its strategic role within the fulfillment of the common good.

Keywords: Public purchases. Bidding. Electronic Auction. Cofen.

ABSTRACTO

MEDEIROS, Marcelo Ribeiro. Análisis del uso de la negociación electrónica en las compras públicas por parte del Cofen desde una perspectiva económica. 2022. 85f. Disertación (Maestría Profesional en Economía) – Universidad de Brasilia (UnB). Brasília/DF, 2022.

Esta disertación presenta el estudio y análisis del uso de las Subastas Electrónicas en las compras públicas del Consejo Federal de Enfermería (Cofen), en el período de 2007 a 2020 inserta en un contexto donde la escasez de recursos hace necesario ser más racionales en su uso y aún en obediencia al principio de economía, apuntando tanto a la reducción de costos como a la maximización de ganancias y transparencia en compras y contratos para que el interés público sea protegido. Se abordó la literatura relacionada con la gestión pública en torno a las compras como instrumento de política pública y sustentabilidad. La investigación se desarrolló a partir de la información contenida en los registros del Cofen y del Portal de Compras del Gobierno de Brasil (Comprasnet), así como de los documentos disponibles en el portal de transparencia del Cofen. La investigación tiene un carácter cuantitativo, siguiendo el método deductivo, bajo criterios explicativos y exploratorios. Los resultados obtenidos fueron en el sentido de que el sistema de compras del Cofen, al utilizar mayoritariamente la Subasta Electrónica, ha venido reduciendo costos, aumentando la competencia y priorizando la economía y la transparencia en las compras públicas, siguiendo así la tendencia mundial hacia políticas públicas cada vez más estratégicas y transparentes. Se concluye que el uso de la modalidad de licitación de Subastas Electrónicas trae en sí muchas más ventajas que inconvenientes (que pueden subsanarse fácilmente) y los procesos de adquisición de bienes y servicios comunes, que por mucho tiempo fueron vistos como un obstáculo para el desarrollo de las actividades administrativas, por diversas razones, con la Subasta Electrónica se ganó mayor agilidad, reducción de costos, mayor competencia, permitiendo que las compras públicas desempeñen su rol estratégico dentro del cumplimiento del bien común.

Palabras clave: Compras públicas. Ofertas. Subasta Electrónica. Cofen.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Médias de preços alcançados nos pregões por objeto.....	46
Tabela 2: Inscrições ativas no Cofen até mar./2022.....	49
Tabela 3: Receita arrecadada pelo Cofen entre 2008 e 2020.....	51
Tabela 4: Quantidades de licitações do Cofen - 2010 a 2019.....	53
Tabela 5: Quantitativo de dispensa de licitações no Cofen - 2007 a 2020.....	54
Tabela 6: Quantidades de pregões eletrônicos por tipo de objeto - 2010 a 2019.....	55
Tabela 7: Quantitativo de valores em licitações por pregão eletrônico - 2011 a 2019.....	56
Tabela 8: quantidades de licitações canceladas do Cofen - 2010 a 2019.....	58
Tabela 9: Consolidação dos resultados. Custos recorrentes.....	59
Tabela 10: Custos do processo licitatório corrigido pelo IPCA (valor médio)	59
Tabela 11: Comparativo de valores projetados - 2007 a 2019.....	60
Tabela 12: Número de processos de compras – 2006 a 2009	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Matriz de classificação de itens de compra.....	31
Figura 2: Visão estratégica das compras públicas.....	31
Figura 3: Visão dos elementos de compras públicas inteligentes.....	35
Figura 4: Despesas orçamentárias - categorias econômicas e grupos de despesas...36	
Figura 5: Etapas do processo de compra - visão generalizada.....	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparativo de realização de pregão.....	40
Gráfico 2: Número médio de licitantes por certame no Brasil.....	44
Gráfico 3: Demonstrativo de total de receita arrecadada nos exercícios 2008 a 2020.....	52
Gráfico 4: Percentuais por modalidade de licitação no Cofen - 2007 a 2020.....	54
Gráfico 5: Projeção de gastos com utilização e não utilização de PE - 2011 a 2019.....	61
Gráfico 6: Gastos reais e gastos projetados – UnB – 2006 a 2019.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Metodologia de abastecimento estratégico.....	30
Quadro 2: Modalidades de licitações.....	39
Quadro 3: Balanço financeiro Cofen - 2019/2020.....	50
Quadro 4: Cálculo e análise dos índices de liquidez Cofen - 2020.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	<i>Activity Based Cost</i>
BVM	<i>Best Value for Money</i>
CBCENF	Congresso Brasileiro de Enfermagem
CGU	Controladoria Geral da União
Cofen	Conselho Federal de Enfermagem
Corens	Conselhos Regionais de Enfermagem
FIA	Fundação Instituto de Administração
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
NLLC	Nova Lei de Licitação e Contratos
nº	número
p.	página
PE	Pregão Eletrônico
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDC	Regime Diferenciado de Contratação Pública
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TEP	Teoria da Escolha Pública
TI	Tecnologia da Informação
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	22
1.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	22
1.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA E COLETA DE DADOS.....	23
CAPÍTULO II – GESTÃO PÚBLICA: A DETERMINAÇÃO DE ECONOMICIDADE NAS COMPRAS PÚBLICAS	24
2.1 BUSCA PELA EFICIÊNCIA/ECONOMICIDADE	26
2.2 COMPRAS PÚBLICAS.....	29
2.2.1 Conceito, propriedades e elementos constitutivos.....	29
2.2.2 Compras públicas como componentes de custos	32
2.2.3 Compras públicas: instrumento de política pública	33
CAPÍTULO III – COMPRAS PÚBLICAS NO BRASIL	36
3.1 COMPRAS PÚBLICAS - LEGISLAÇÃO	38
3.2 MODALIDADES DE LICITAÇÃO	39
3.3 PREGÃO ELETRÔNICO.....	41
CAPÍTULO IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS PREGÕES ELETRÔNICOS NO COFEN.....	48
4.1 COFEN: DADOS E CARACTERIZAÇÃO.....	48
4.2 ANÁLISE DE DADOS: PREGÕES ELETRÔNICOS NO COFEN	52
4.3 PREGÕES ELETRÔNICOS NO COFEN: REDUÇÕES DOS CUSTOS	55
CAPÍTULO V - DADOS COMPARATIVOS DOS RESULTADOS FINANCEIROS DAS COMPRAS PÚBLICAS DO COFEN E DA UNB.....	65
CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS.....	68

INTRODUÇÃO

O Brasil historicamente tem passado por diversas fases econômicas, onde podemos citar os anos 70, onde a economia estava forte, período conhecido como o milagre econômico, com altas taxas de emprego, superávit fiscal e baixo nível de dívida pública, com isso o controle dos gastos não tinha muita importância.

Vieram os anos 80, com uma mudança total do quadro econômico do país, pois o Brasil passou por uma crise fiscal, ocasionando corte de despesas orçamentárias, mensuração de custos, equilíbrio dos gastos com as receitas, aumento da qualidade dos serviços.

Em 1986 o governo criou a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e implantou o Sistema Integrado da Administração Financeira (SIAFI), que revolucionou o controle das finanças públicas no Brasil, porém, esse sistema não previu o controle por centro de custos, o que forçou o país, mais tarde a vir a implantar esse controle.

Portanto coube ao governo brasileiro aumentar a eficiência de seus recursos com a maximização de suas operações de compras públicas, ou seja, comprar mais por menos, não deixando de fora o planejamento estratégico, a qualidade, celeridade e transparência.

Nesse sentido a Gestão Pública é a administração ou campo de conhecimento relacionado às instituições de caráter coletivo, ou seja, que trabalham diretamente com o interesse público gerindo bens coletivos (BRASIL, 2021).

Para Paim Terra (2019) as compras públicas são atividades estratégicas que vão além da simples comparação entre custos e benefícios, pois se trata de uma gestão pública que visa o aumento da eficiência do Estado no sentido de aumentar os benefícios e o crescimento nacional sustentável, na forma da lei 8.666/1993.

De acordo com Silva (2021) as compras públicas precisam ser voltadas para resultados que enfatizem a eficiência do processo.

E Dimitri (2013) entende que o governo faz boas compras públicas quando se utiliza do método de preço único como critério para quantidade e qualidade especificadas, que teve como marco inicial o comunicado da Comissão Européia (2011). Pois definidas as preferências e objetivos do comprador, com uso de fórmula de pontuação dos fornecedores nos processos de aquisição de bens e serviços.

Destaca-se a criação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), disposto na Lei nº 12.462/2011, na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e na Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), essas são apenas exemplos de reformas importantes instituídas no país para garantir maior agilidade e transparência ao processo licitatório.

Importante ressaltar a promulgação da nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133 (NLLC), que entrou em vigor no dia 1º de abril de 2021. Essa lei irá substituir a Lei nº 8.666/93. Contudo, nesses 2 anos (2021 e 2022), foram estabelecidos critérios de transição, constantes nos artigos 190, 191 e 193 da Lei nº 14.133/2021.

Das modalidades de compras públicas no Brasil, podemos citar:

Lei 8.666/1993

- Concorrência
- Convite
- Tomada de Preço
- Concurso
- Pregão
- Leilão

Lei 14.133/2021

- Pregão
- Concorrência
- Concurso
- Leilão
- Diálogo Competitivo

No período de 2017 a 2021 o Governo Federal Brasileiro teve um aumento no uso do pregão eletrônico de 10% em 2017 para 100% em 2021.

A modalidade pregão foi instituída no ano de 2002 por meio da Lei nº 10.520. Hoje, o pregão eletrônico está descrito na supracitada lei e é regulamentado pelo Decreto nº 10.024/2019, submisso à Lei nº 8.666/1993. Como essas duas legislações serão revogadas em 2023, o pregão eletrônico passará a ser regido pela Nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133/2021.

Atualmente a Administração Pública executa diversas atividades que precisam fazer valer sempre o interesse público pautado pela transparência e pelo princípio da eficiência constitucional que, neste estudo será abordado no contexto de economicidade. Para cumprir suas metas e objetivos ela contrata serviços e produtos

fornecidos por terceiros para atender sua demanda e o da própria sociedade, de forma que, em um estado moderno, as compras públicas representam parcela significativa do gasto público, que precisa ser compatível com a necessidade do Estado e ao mesmo tempo vantajoso ao erário.

Nesse sentido o legislador ao elaborar leis que conduzissem o processo de contratação e escolha destes terceiros, dificultando que a liberdade sem restrições, provoque prejuízos ao interesse público. No Brasil, geralmente, as compras públicas são antecedidas pelo processo de licitação em suas diversas modalidades, dentre elas o Pregão Eletrônico, criado por meio do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 (depois revogado pelo Decreto nº 10.024, de 2019), possibilitando que as entidades públicas façam licitações de forma virtual, com maior número de fornecedores, o que aumenta a competitividade e oferta de bens e serviços, além de outros benefícios para a Administração Pública.

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) foi criado pela 5.905/1973, na forma de Autarquia Federal, tem orçamento próprio, advindo das anuidades dos profissionais de enfermagem, mas sem vínculo direto / indireto com o governo federal e tem por finalidade disciplinar e fiscalizar o exercício profissional dos profissionais de enfermagem em todo território nacional e, como integrante da Administração Pública, precisa seguir todas as normas dirigidas a ela, tal como, em especial a determinação constitucional de eficiência nos seus processos de compras.

Atualmente o Cofen possui cerca de 2.600 milhões de profissionais, entre enfermeiros, técnicos em Enfermagem, auxiliares de Enfermagem e obstetrizas (tabela 1) registrados no país (ENFERMAGEM EM NÚMEROS - COFEN, 2022). Com sede na Cidade de Brasília, e representação nacional em todas as unidades federativas do Brasil, por meio dos Conselhos Regionais de Enfermagem (Coren-s) e tem suas normas aprovadas pelo Plenário e a execução orçamentária é gerida pelo presidente e tesoureiro.

O Cofen, além de seguir as leis nacionais, também é filiado ao Conselho Internacional de Enfermeiros em Genebra, que normatiza e fiscaliza o exercício da profissão de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem a nível global visando a qualidade dos serviços prestados e pelo cumprimento da Lei do Exercício Profissional da Enfermagem.

Quanto aos resultados econômicos/financeiros do Cofen, obteve-se um superávit de R\$ 26.820.789,99 no ano de 2020.

Quanto aos índices de liquidez, no ano de 2020, os resultados demonstram uma boa gestão financeira, sendo, liquidez corrente = 32,01, liquidez imediata = 31,94 e liquidez geral 19,40 (valor desejado, maior que 1,00).

No que tange aos índices de endividamento total, o Cofen possui um grau muito baixo (4,43%), não havendo riscos de insolvência para a entidade. Esse número representa menos de 10% de todo o patrimônio líquido da autarquia.

As receitas arrecadadas pelo Cofen no ano de 2020 foram de R\$ 119.939.167,81, vindo numa crescente de 10% ao ano, com exceção do ano de 2020, que obteve uma redução de 8%, em virtude da pandemia da COVID.

Com relação as licitações do Cofen, no período de 2010 a 2020, foram realizados 582 certames, sendo 44 concorrências, 178 pregão presencial, 348 pregão eletrônico, 5 convite e 7 tomada de preço.

Pode-se observar que a modalidade pregão eletrônico foi a mais utilizada pelo Cofen, com percentual de 59,79% do total de 582 certames.

No período de 2011 a 2019, o Cofen estimou o total de gastos com compras no montante de R\$ 91.993.899,30, sendo adjudicado o montante de R\$ 63.133.700,81, obtendo uma economia de R\$ 28.860.198,49, que representou um percentual de 31%.

Nesse contexto, as informações apresentadas ratificam a importância dessa modalidade de contratação para a redução dos gastos públicos, além de proporcionar maior transparência, tendo em vista que todos os certames podem ser acompanhados em tempo real no Portal de Compras do Governo Federal pelo site: <<http://www.comprasnet.gov.br>>.

Objetivo Geral

Analisar e avaliar o uso do Pregão Eletrônico pelo Cofen no sentido de verificar os custos e benefícios no âmbito das compras públicas dessa autarquia.

Justificativa e Relevância

A relevância desse estudo recai no fato de que mostrar a dinâmica envolta no âmbito dos gastos públicos encontra-se no centro do debate nacional e até internacional no que tange aos rumos das finanças públicas e sua importância estratégica para cada órgão/instituição.

Considerando o cenário econômico e político no qual o país se encontra concomitantemente com as regras de responsabilidade fiscal, a escassez de recursos e ainda o comando constitucional de eficiência impingido à Administração Pública, estudar o tema é importante e necessário.

De forma que a presente pesquisa se justifica por demonstrar os benefícios e custos no uso do Pregão Eletrônico, no caso específico do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), evidenciando a economia de recursos resultante desse processo licitatório na execução das compras públicas.

Os recursos são escassos e torna-se imprescindível a redução dos custos praticados nesses certames, além de priorizar a transparência e facilidade de controle interno e externo, o que corrobora com o mandamento constitucional de eficiência em vários sentidos, e contribui de forma determinante para as tomadas de decisões dos gestores.

Organização do estudo

Para melhor compreensão do contexto a ser explorado por esta pesquisa, ela foi estruturada em 5 (cinco) seções, complementadas pela introdução, conclusão e referências bibliográficas, a saber:

- Capítulo I: apresenta os métodos e procedimentos utilizados na elaboração da pesquisa, sua delimitação, universo e tempo considerado;
- Capítulo II: trata da revisão de literatura abordando os aspectos teóricos atinentes ao tema, no que tange a gestão pública e o mandamento constitucional de eficiência também aplicado às compras públicas;

- Capítulo III: dispõe sobre a seara das compras públicas no Brasil tratando sobre o processo de compra, sua normatização, modalidades de licitação e especificamente do Pregão Eletrônico: caracterização, benefícios e custos e sua utilização majoritária na Administração Pública atualmente;

- Capítulo IV: relativo à análise dos dados e discussão sobre a utilização do Pregão Eletrônico pelo Cofen, partindo da caracterização geral do Cofen para após tratar especificamente dos números ligados ao uso do Pregão Eletrônico pela autarquia e seu impacto na redução de custos, assim elemento facilitador de transparência e eficiência. As demais modalidades de licitação realizadas pelo Cofen serão analisadas apenas para fins comparativos.

- Capítulo V: compreende os dados comparativos dos resultados financeiros das compras públicas do Cofen e da UnB, com e sem a utilização do pregão eletrônico.

Seguindo ao que foi exposto neste item, passa-se ao desenvolvimento do estudo proposto.

CAPÍTULO I – MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

De acordo com Lamy (2020) a metodologia aplicada examina, descreve e avalia quais métodos e técnicas de pesquisa são mais adequados à coleta e processamento de informações com a finalidade de solucionar o problema proposto. Ou seja, é a escolha dos procedimentos e técnicas adequados para dar ao estudo o caráter de científico, que por sua natureza precisa seguir um padrão.

Nesse sentido, este trabalho visa contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o sistema de compras públicas no Brasil, a utilização do Pregão Eletrônico e de forma específica a aplicabilidade dessa modalidade de licitação no âmbito do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). Pretendendo, também, servir de subsídio para o desenvolvimento de estudos futuros, ao seguir a metodologia a seguir exposta.

1.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Existem dentro da metodologia científica, diversas formas de classificar as pesquisas. Esses critérios são estabelecidos tendo em vista os objetivos do pesquisador. Seguindo essa linha de raciocínio para a presente pesquisa, tem-se:

- Quanto à natureza – pesquisa aplicada;
- Quanto à abordagem do problema – pesquisa quantitativa;
- Quanto aos objetivos – descritiva e exploratória;
- Quanto ao método de abordagem – hipotético-dedutivo;
- Quanto ao procedimento – documental (quanto aos materiais sem tratamento analítico, corroborados com o objetivo da pesquisa), bibliográfico (quanto ao referencial teórico) e de levantamento (quanto às planilhas, tabelas de dados numéricos utilizadas para as análises estatísticas).

As fontes são oriundas:

- Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem;

- Portal de compras do Governo brasileiro - Comprasnet;
- Publicações em livros e revistas científicas que tratam acerca do tema, nas diferentes conjunturas históricas.

1.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

O referencial bibliográfico foi elaborado utilizando-se de pesquisa a livros, revistas científicas, artigos publicados em meio eletrônico referentes ao tema proposto, assim como às legislações a respeito da compra pública, licitação e em específico da modalidade de Pregão Eletrônico.

A parte documental e de dados foi obtida junto ao Cofen/Conselhos Regionais, retirados do *site* oficial <http://www.cofen.gov.br/> e <http://www.cofen.gov.br/enfermagem-em-numeros> também na sede do Cofen em Brasília/DF, principalmente da Divisão de Controle Interno do Cofen e do Sistema Integrado de Apoio à Gestão do Cofen (GENF).

Os dados e documentos utilizados também foram retirados do Portal de compras do Governo brasileiro – Comprasnet com o seguinte link principal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

O universo da pesquisa é composto pelos 27 Conselhos Regionais de Enfermagem e o Conselho Federal de Enfermagem.

No tempo, os dados estatísticos considerados são do período de 2007 a 2020 com enfoque nos anos de 2010 a 2019.

CAPÍTULO II – GESTÃO PÚBLICA: A DETERMINAÇÃO DE EFICIÊNCIA NAS COMPRAS PÚBLICAS

Para Cooter e Ulen (2012) a preocupação com a eficiência desde muito tempo atrás regia o âmbito das empresas privadas, mas a partir do século XX, começou a permear o campo de incidência da Administração Pública em geral, em um questionamento das práticas do *Welfare-State*. De forma que como bem apregoa os autores (p. 4) “[...] um bom sistema legal mantém a rentabilidade dos negócios e o bem-estar das pessoas alinhadas, assim, então, a busca do lucro também beneficia o público”. Ocorre que em um Estado Democrático de Direito não há que se atentar tão somente para os critérios quantitativos, é preciso ainda se preocupar com as demais dimensões de direitos que devem estar aliados à ótica da eficiência.

De acordo com Stelzer e Chaves (2017) no âmbito da ciência econômica a eficiência agrega dois arranjos teóricos básicos: o primeiro, proposto por Vilfredo Pareto e o segundo pelos economistas Nicholas Kaldor e John Hicks. Para Pareto a eficiência reside na alocação de recursos que apresente os maiores benefícios para o agente sem prejudicar terceiros o que ficou conhecido como o ‘Ótimo de Pareto’. Já para Kaldor e Hicks a eficiência é compreendida como a maximização da melhora desejada a ponto de que, em havendo prejuízos para terceiros, haverá a possibilidade de reparação ou compensação do dano.

Já Nascimento (2020) cita que historicamente a Administração Pública começou, mesmo que de forma muito precária, a se organizar entre os séculos XVIII e XIX, época que ainda imperava o Estado Absolutista com poder centralizado e autoritário. Nesse período ainda não existiam os princípios constitucionais próprios como os que vigoram atualmente. Somente com a instauração do Estado Democrático de Direito regras concretas foram elaboradas com o fito de organizar a gestão pública, oferecendo maior segurança aos direitos dos cidadãos frente à administração

Sob a vigência da Constituição Federal, a Gestão Pública no Brasil tem suas vigas mestras entabuladas no artigo 37 que impõe à Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dentre outros regramentos (BRASIL, 1988).

Dentre os princípios citados destaca-se, para fins desse estudo, o da eficiência determinada pela Constituição Federal, que possui por atributos básicos a racionalização, a economicidade e a celeridade (PUC/SP, 2020).

E de acordo com Silva e Confessor (2021) no mundo inteiro, qualquer que seja a forma de governo ou organização política de um Estado soberano, existe uma Administração Pública, que permite aos governantes cumprir funções básicas de governo, utilizada para gerir os bens públicos.

Nesse sentido a Gestão Pública é a administração ou campo de conhecimento relacionado às instituições de caráter coletivo, ou seja, que trabalham diretamente com o interesse público gerindo bens coletivos (BRASIL, 2021).

Apesar de a eficiência alocativa ser o conceito de maior reconhecimento pelos economistas, ela não é a única a ser utilizada. Pode-se destacar, ainda, os conceitos de eficiência produtiva e de eficiência distributiva que utilizados comumente na apreciação de problemas econômicos relativos ao bem-estar. A eficiência produtiva refere-se à eficiência na utilização de insumos, utilizando-se da melhor aplicação da tecnologia disponível em cada nível de produção reduzindo assim os custos, de forma que há eficiência produtiva máxima quando ocorre a produção do máximo de produtos com os menores custos possíveis. Por sua vez na esfera da eficiência distributiva encontra-se nas aplicações antitruste um de seus principais papéis, relativo à eliminação de ganhos excepcionais do produtor e a maximização do excedente do consumidor em dado mercado estático (BARROS, 2021).

Transcrevendo os conceitos da Economia e somando-se ao arcabouço jurídico, ressaltando o fato de que o conceito de eficiência apresenta necessariamente contornos diferenciados na esfera privada e pública, já que as primeiras visam a obtenção de lucros máximos, enquanto a segunda o que deve prevalecer é o interesse ou a necessidade comum dos cidadãos, a essência pode ser mantida, no sentido de que para a seara da Administração Pública a eficiência consiste em atingir o bem coletivo, com menor gasto de receitas e no menor tempo possível, sem prejudicar terceiros nesse processo. Mas em caso desses prejuízos acontecerem, são obrigados a serem reparados ou devidamente indenizados.

2.1 BUSCA PELA EFICIÊNCIA

De acordo com Chiliatto Leite (2019), os anos 70, foi o período conhecido como 'o milagre econômico', o governo brasileiro apresentava altas taxas de emprego, *superávit* fiscal, e baixo nível de dívida pública, o que não atraía a implantação de controle de despesas. Nos anos 80 tudo mudou, o quadro econômico passou a ser de contenção de gastos com a chegada da crise fiscal do Estado e a abertura da economia gerando a competição internacional, daí surgiu a necessidade de mensurar e acompanhar custos. Nesta época, o Governo passou a focar nesses temas: corte de despesas orçamentárias, mensuração de custos, equilíbrio dos gastos, qualidade dos serviços, porém, mesmo sabendo quanto cortar, não conseguiu identificar onde cortar esses gastos, pois não foi capaz de prever se os cortes orçamentários/financeiros iriam piorar a qualidade dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos.

No ano de 1986, o Governo criou a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda e implantou o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), o que significou verdadeira revolução nas finanças públicas do Brasil e levou o país a ser referência internacional no controle informatizado dos gastos, pois o Governo Federal passou a ter uma conta única para gerir, de onde todas as saídas de dinheiro ocorrem com o registro de sua aplicação e do servidor público que a efetuou. Então, o SIAFI consiste em uma ferramenta para executar, acompanhar e controlar com eficiência a utilização dos recursos da União (BRASIL, 2020).

Contudo, o SIAFI é um sistema de controle de despesas, não oferecendo a ferramenta de controle de custos. Razão pela qual surgiu a necessidade da implantação do sistema de custos na Administração Pública, a qual não tinha vínculo com a redução das despesas orçamentárias que variavam de acordo com as receitas. Todas as medidas trouxeram nova visão dos gastos públicos que passaram a ser medidos em sua quantidade e qualidade em relação ao desempenho, ou seja, o efeito alocativo das despesas governamentais (CHILIATTO LEITE, 2019).

Mas ainda a situação da Administração Pública federal quanto à eficiência está longe de alcançar o nível de satisfatória, isto porque ainda possui inúmeras falhas, muitas delas abarcadas pelo exposto na Teoria da Escolha Pública (TEP) que visa

analisar a política de forma pragmática, negando que os políticos agem em prol do bem comum. Tullock (2002), defensor a TEP, afirma que o governo não está engajado em maximizar o interesse público, que ao contrário, os políticos, sistematicamente, estão dispostos a apenas maximizar seus interesses pessoais.

Um dos pontos destacados pela TEP é a imoral e antiética troca de votos, chamada de *logrolling* onde parlamentares entram em acordo para que um vote a favor do projeto do outro e vice-versa, ou seja, é a famosa 'troca de favores' (CAVEDO, 2020). Ação perversa que visa apenas os interesses pessoais e não o bem social, indo da contramão da eficiência exigida de todo gestor público.

Para Silva (2021) outro ponto que afeta a eficiência da escolha pública é a existência dos *lobbyings* que são grupos de interesses organizados e influenciam o governo pelos grandes ganhos que estão em jogo. De forma que diversos projetos que possuem benefícios concentrados em grupos específicos e custos diluídos com restante da população são aprovados, regulamentados e implementados o que faz com que a eficiência, que visa o bem comum não seja priorizada. O *lobby* é uma fábrica de privilégios em detrimento do bem coletivo.

E Gianturco (2018) afirma que ainda é preciso debruçar especial atenção para o *rent seeking* que consiste literalmente na busca de renda pessoal sem produzir em troca algo e sem adicionar valor agregado. O que ocorre é uma simples subtração de parte do valor de uma atividade que já existe, ou seja, é um jogo de soma nula ou negativa.

Mas para Gonçalves (2019) o *rent seeking* é o uso de recursos reais com o propósito de obter renda econômica, ou seja, essa renda é provida através de alguma atividade com valor social negativo. Assim, pode-se afirmar que o conceito de *rent seeking* se refere a atividades legais e ilegais que objetivam privilégios especiais tais como, formação de situações de monopólio, zoneamento urbano especial, restrições à importação, tarifas protecionistas, subornos, ameaças e inclusive contrabando. Os custos do *rent seeking* são muito altos e muitos deles são disfarçados por meio de licitações fraudulentas, falência de empresas, desperdícios desconhecidos, políticas públicas anunciadas, mas nunca implementadas.

Confirmando esse contexto, o próprio Tribunal de Contas da União (TCU), atendo a essas particularidades, em 2013, alterou seus objetivos estratégicos, com

vigência partir de 2015, visando aumentar o controle sobre as compras públicas visando assegurar que as tomadas de decisões e as ações relativas as aquisições estejam alinhadas às reais necessidades da organização. Nesse sentido, no plano estratégico do TCU destacou-se a inserção em seus itens 9 e 10 do 'Plano de Controle Externo' que não substituiu o 'Plano de Fiscalização', apenas instituiu mais um instrumento que, de forma clara, favoreceu a intensificação de ações que visem promover o aprimoramento do controle voltado à melhoria do desempenho da Administração Pública (TCU, 2013).

Nas compras públicas, a licitação é o processo mais utilizado e também são particularmente analisadas pela auditoria governamental, no esforço de que essa fiscalização possa evitar ao máximo o envolvimento dos recursos financeiros coletivos na organização de esquemas ilícitos (LUIZ, 2018).

Trindade (2016) aponta que desde o século passado, a eficiência é buscada nas despesas públicas, o que evidenciou algumas categorias importantes que caracterizam um sistema de compras públicas, quais sejam: eficiência, transparência, *accountability*¹ e o interesse público. *Accountability* é vocábulo que surgiu nos anos 80 em países de língua inglesa e que não tem uma definição claramente formada, mas no geral, significa o dever de prestar contas ou dever de transparência. Alguns pesquisadores apontam que o significado vai além, no sentido de ser incluir o dever de eficiência em relação aos responsáveis pela atividade financeira do Estado.

Trindade (op. cit.) *Accountability* nasce em um Estado onde a democratização traz novo modelo de gestão da coisa pública, em que a participação da sociedade é maior no acompanhamento e avaliação das políticas públicas. Com essa nova gestão desponta o conceito do dever de se prestar contas e ser transparente quanto aos atos administrativos, enfatizando o dever de eficiência no exercício da função dos responsáveis pelas atividades financeiras do Estado, por meio da administração direta e indireta.

De modo que embora possa ser expostas várias falhas no processo de busca pela eficiência da Administração Pública, é possível afirmar que uma das áreas em que pode ser medida a eficiência de forma muito clara é no que tange às compras públicas.

¹ Tradução livre: responsabilidade.

2.2 COMPRAS PÚBLICAS

2.2.1 Conceito, propriedades e elementos constitutivos

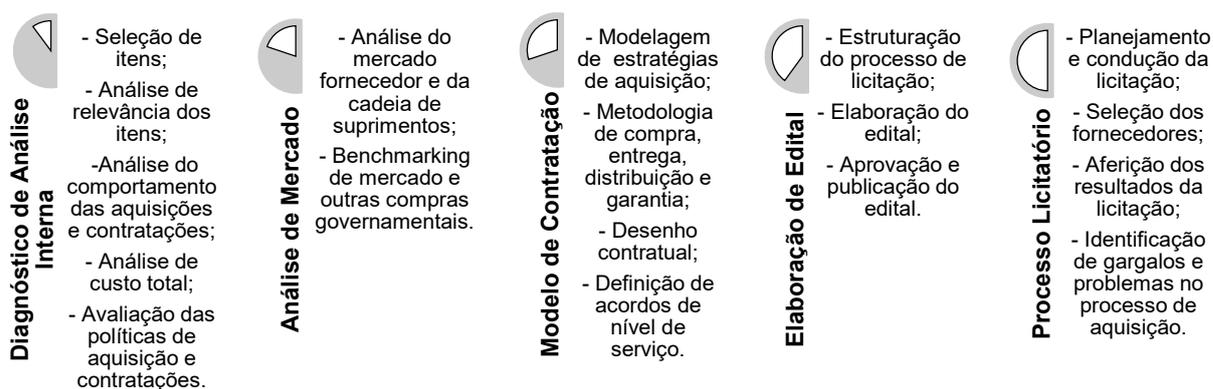
A princípio pode-se afirmar que compras públicas são processos de aquisições de bens, serviços e obras por parte da administração pública ou das empresas estatais. Contudo, apresentar um conceito de compras públicas somente apontando suas definições formais parece, em certa medida, simplório. É preciso apontar juntamente com a conceituação os elementos que a compõe para compreender o complexo sistemas das compras públicas.

Fenili (2016) aponta que é essencial entender no âmbito das compras públicas a finalidade e a função dessas compras. Nesse intuito é imprescindível levar em conta os fatores centrais: tempo, economicidade e qualidade do objeto a ser adquirido, somando-se a celeridade dentro do razoável do processo que tem como ponto de partida a obrigatoriedade da licitação, ressalvados os casos especificados na legislação, na forma disposta no artigo 37 da Constituição Federal, bem como seguir o que se dispõe no artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.

Observando que a partir de 2023 entra em vigor a nova legislação sobre licitações e contratos, a Lei nº 14.133/2021, que substituirá a Lei nº 8.666/1993, como será estudado em item próprio.

Assim, os objetivos das compras públicas precisam ser vistos como objetivos estratégicos ao cumprimento das funções e metas estatais. Nesse sentido, Lopes (2015), apontou as características das compras públicas estratégicas que podem ser mais bem compreendidas no quadro a seguir:

Quadro 1: Metodologia de abastecimento estratégico.



Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Lopes (2015).

De acordo com Paim Terra (2018) é possível observar, então, que as etapas expostas no quadro 1, deixam registradas as etapas que se complementam delimitando a perspectiva relacional e de interdependência entre as partes até o momento da seleção dos fornecedores. Nas duas primeiras etapas, fica demonstrado a grande preocupação com o planejamento da contratação, possibilitando, mesmo que não tenha sido explicitado no quadro 1, o desenvolvimento de mecanismos de gerenciamento de risco que podem subsidiar de forma segura as tomadas de decisões no que diz respeito à necessidade de gerenciamento dos contratos.

Para Teixeira et. al (2015) no que tange ao papel estratégico que as compras públicas precisam assumir são destacados o grau de importância estratégica das compras e a complexidade do fornecimento.

Portanto, a combinação entre 'nível de importância estratégia das compras públicas' e 'complexidade do fornecimento' pode resultar em uma matriz de classificação de itens de compra com quatro quadrantes, conforme figura 1.

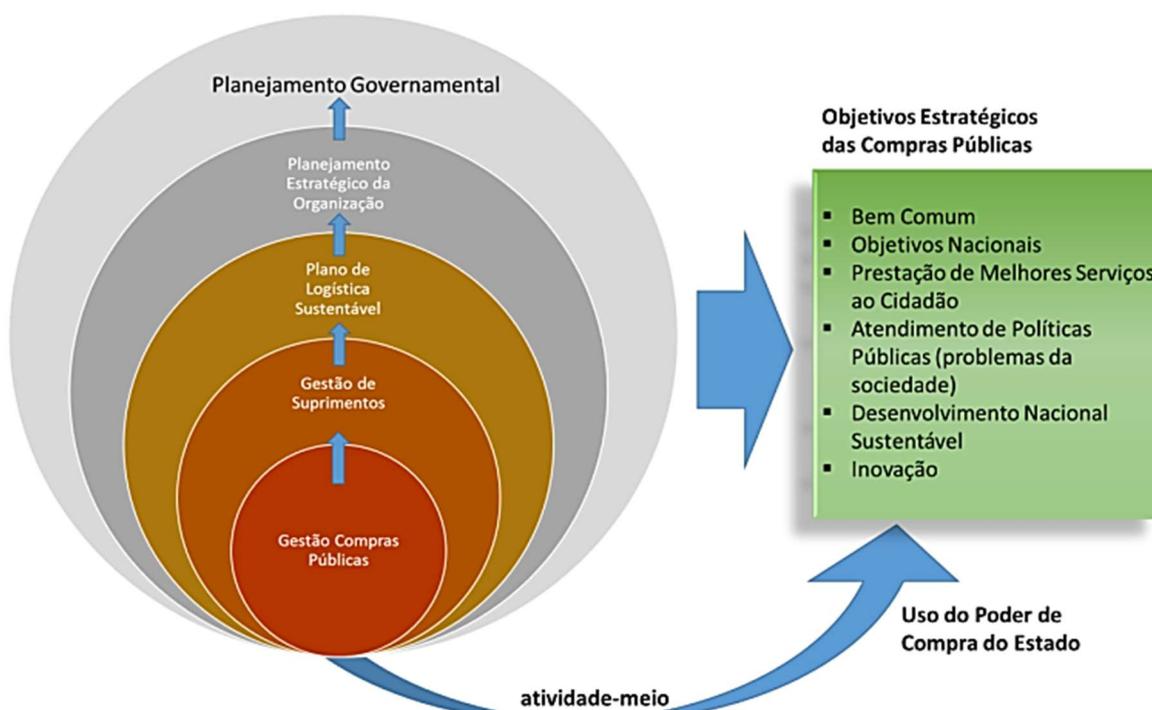
Figura 1: Matriz de classificação de itens de compra.



Fonte: Teixeira et al. (2015).

Para que o desenvolvimento da matriz de classificação seja adequado, é preciso de antemão compreender a visão estratégica geral das compras públicas que pode ser mais bem explorada no estudo da figura a seguir colacionada:

Figura 2: Visão estratégica das compras públicas.



Fonte: Ferrer (2015).

Após compreender a visão geral do fator estratégico das compras públicas, visualiza-se então esta perspectiva e a possibilidade do uso do poder de compra do Estado, que podem e devem ser utilizados para alcançar uma qualidade do gasto e a eficiência nas compras públicas (PAIM TERRA, 2018).

Assim, ao se somar todos os elementos expostos, pode-se estabelecer conceituação de compras públicas mais amplo e apropriado ou um conceito inteligente como propõem Costa e Paim Terra (2019), afirmando que compras públicas consistem em atividades administrativas estratégicas que vão além da economicidade estruturada, que deve ser planejada de forma integrada com a gestão de suprimentos e com os objetivos da organização/Estado.

Tal atividade tem por finalidade atender de forma célere e eficiente as necessidades dos órgãos públicos a partir da aquisição de bens e serviços, baseado em processos pela lei, agregando valor à ação da gestão pública, possibilitando o uso do poder de compra do Estado como instrumento e como política pública que visa favorecer o desenvolvimento nacional sustentável, na forma expressa na Lei nº 8.666/1993.

2.2.2 Compras públicas como componentes de custos

A Contabilidade compreende o custo de maneira diferente da Economia, isto porque para a primeira o que importa são os demonstrativos financeiros apenas, já para a segunda o campo de análise é mais amplo porque envolve todo o processo decisório relativo aos custos, inclusive os porquês das alternativas não escolhidas, agindo como critérios a ser levados em conta em situações futuras visando a eficiência (CABELLO; ALVES, 2017).

No âmbito da Administração Pública, antes da implantação da Nova Gestão, sempre se seguiu o entendimento da Contabilidade, contudo, atualmente com a inserção da nova visão administrativa no setor público, as compras precisam ser voltadas para resultados que enfatizam a eficiência. E embora a reforma da Administração Pública brasileira ainda não tenha amadurecido completamente para adquirir caráter contínuo e transversal, muitas melhorias e mudanças de ideias já estão sedimentadas em muitos órgãos da administração direta e indireta (SILVA,

2021). Isto porque, os gestores públicos precisam analisar custos que vão além do preço, de forma que o conhecimento sistêmico do custo dos serviços públicos é fundamental para que seja feito uma alocação eficiente dos recursos.

Para Dimitri (2013) o setor público desenvolveu uma estratégia melhor de sucesso nas compras públicas, partindo de um preço único como critério para quantidade e qualidade especificadas, o chamado '*Best Value for Money*' (BVM), que teve como marco inicial o comunicado da Comissão Europeia em 2011. Depois de definidas as preferências e objetivos do comprador, pelo uso de fórmula de pontuação nas aquisições públicas, as fórmulas de $N(q)$ e $M(p)$ fornecem diferentes focos para os fornecedores, seja no preço ou na qualidade, perfis monetários e não monetários de uma oferta. Nesse caso o resultado das aquisições dependerá não somente da preferência do comprador, mas também da estrutura de custos dos potenciais fornecedores, portanto são considerados o fluxo de somas relevantes ao longo do período do contrato.

De acordo com a Comissão Europeia (2011), o setor público deveria aumentar a eficiência das despesas públicas, buscando os melhores resultados entre qualidade e preço das aquisições. Para isso, deveria flexibilizar e simplificar as regras existentes para os contratos públicos.

Portanto dentro desse contexto, é possível afirmar que as compras públicas precisam ser seus custos analisados não apenas pelo preço, mas por um prisma mais amplo que visem a eficiência.

2.2.3 Compras públicas: instrumento de política pública

Dentro do contexto de que na análise do custo das compras públicas é preciso ver um panorama amplo, não apenas restrito ao valor, é imprescindível que se faça uma reflexão sobre o uso do poder de compra do Estado e sobre a sua função enquanto indutoras de políticas públicas e como meio para o atingimento de diversos objetivos governamentais como parte das políticas de desenvolvimento, sustentabilidade e bem-estar social.

As compras públicas constituem uma das partes mais importantes da logística que movimenta a Administração Pública, pois o poder de compra do Estado mobiliza e movimenta toda a organização e ciclo socioeconômico do país. Apesar de as compras fazerem parte de atividade meio das organizações públicas, essas também fazem parte das atividades finalísticas, no âmbito de seu valor estratégico, pois o processo de compras envolve diversos fatores que vão desde a governança pública até a operacionalização de sua atividade. Nesse contexto, a governança e a gestão de compras públicas devem ser o foco do processo, tendo uma visão multidimensional, envolvendo todo o ciclo de compras públicas, juntamente com a cadeia de suprimentos e o planejamento organizacional (BRASIL, 2021b).

Ocorre que diversos pesquisadores, entre eles Barbosa (2015) têm chegado à conclusão de que as compras centralizadas tornam o processo mais burocrático e menos eficientes que as compras descentralizadas, as quais tem o controle de qualidade melhor e todas as informações dos processos, de fácil acesso e rapidez. Defende-se que um modelo de compras híbrido centralizado/descentralizado, com sinergia, seria o mais adequado para os desafios das compras públicas, visando sanar a falha de que hoje se gasta mais tempo na execução dos processos de compras do que no planejamento, sendo que um processo bem planejado tende a ter resultados mais eficientes.

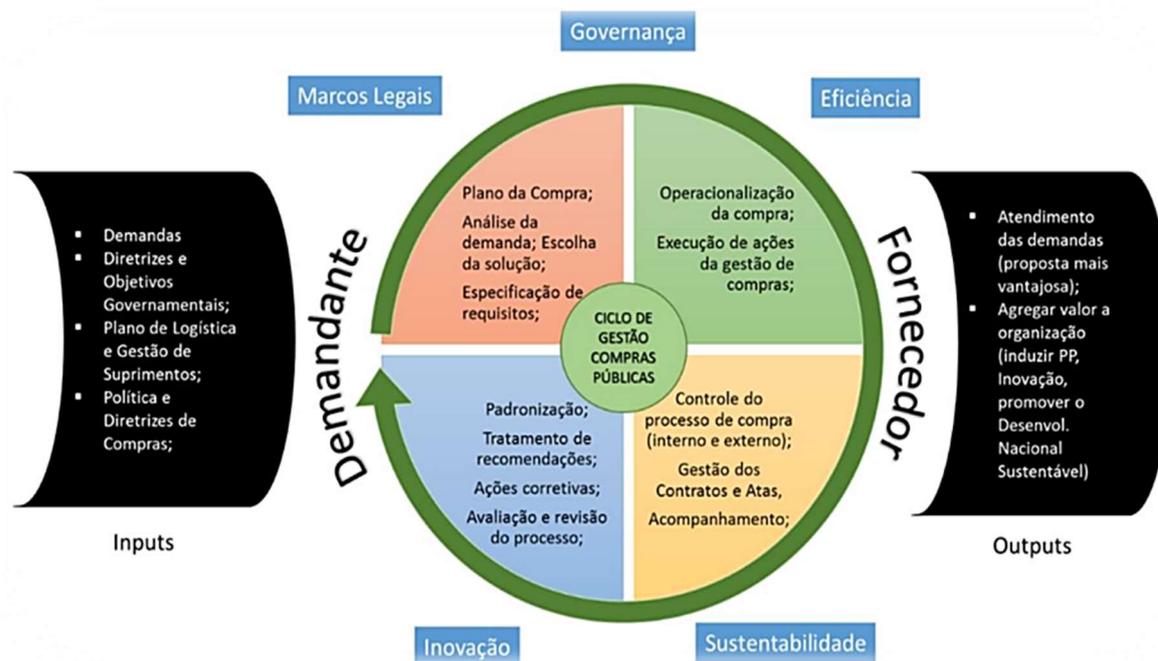
O certo é que a área de compras públicas brasileira está passando por diversas mudanças, partindo do redesenho de seu papel social e de seus objetivos – como a eficiência –, elevando-se assim sua função estratégica dentro das organizações públicas, presencia-se um processo de transformação e reestruturação administrativa necessária, pois a gestão pública, como um todo, precisa buscar mais agilidade, eficiência e transparência no trato com o dinheiro público (FENILI, 2016).

É imprescindível haver um posicionamento estratégico das compras públicas dentro dos órgãos públicos, empoderada de capacidade de decisão e de gestores capacitados para exercer funções-chave dentro do processo de compra, trabalhando com visão multidimensional, capazes de integrar a gestão da cadeia de suprimentos e ao planejamento organizacional (RIBEIRO; INÁCIO JÚNIOR, 2019), visando a eficiência que deve prevalecer na gestão da coisa pública.

Entender e discutir as compras públicas com visão sistêmica e multidimensional é critério fundamental nesse momento de transformação e de consolidação de novos

paradigmas na área de compras públicas, momento em que se impõe a execução de compras públicas inteligentes, eficientes e sustentáveis (PAIM TERRA, 2018). Como o ciclo de compras apresentado na figura a seguir:

Figura 3: Visão dos elementos das compras públicas inteligentes.



Fonte: Paim Terra (2018).

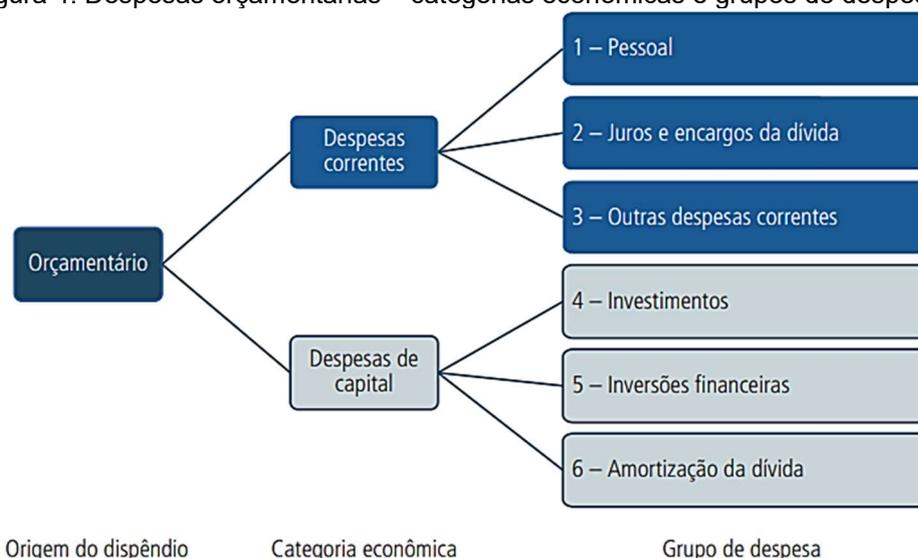
Assim, utilizando-se o poder de compra do Estado para contribuir para o alcance das políticas públicas, tais como o desenvolvimento socioeconômico local e regional, a melhoria da distribuição de renda, o incentivo a inovação, ao meio ambiente, entre outras questões que se pode falar de gastos públicos sustentáveis e eficientes.

CAPÍTULO III – COMPRAS PÚBLICAS NO BRASIL

Nos países-membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as compras públicas correspondem a aproximadamente 12% de suas economias. No Brasil, esse percentual geral é semelhante. Essas compras vão desde a aquisição de materiais de escritório para repartições públicas até a execução de grandes obras de infraestrutura como pontes e aeroportos, movimentando e influenciando todos os setores da economia (BRASIL, 2021b).

Para a mensuração do mercado de compras governamentais, as despesas orçamentárias dos entes federativos propostas pela Lei nº 4.320/1964 são divididas em duas categorias econômicas: correntes; e, de capital. Essas classes são subdivididas em seis grupos, conforme demonstra a figura 4.

Figura 4: Despesas orçamentárias – categorias econômicas e grupos de despesas.



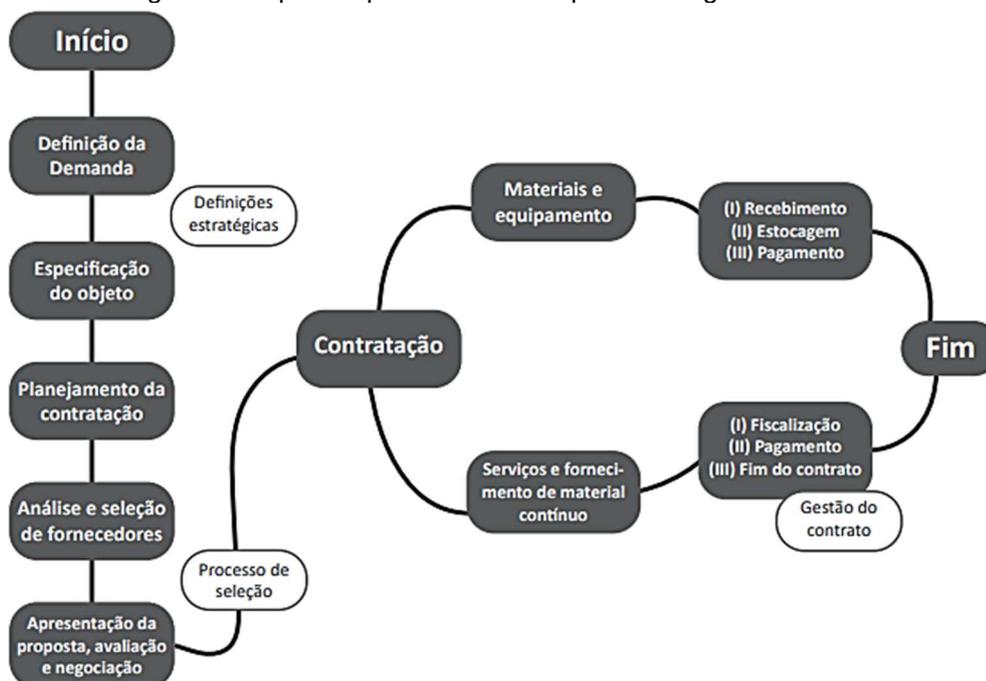
Fonte: Brasil (2021b).

As compras públicas estão classificadas na categoria ‘despesas correntes’ grupo ‘outras despesas correntes’, e à título de exemplo são: material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, serviços de consultoria, locação de mão de obra e compras de bens de capital; e na ‘categoria despesas de capital’ grupo ‘investimentos’ temos: obras e instalações, softwares, equipamentos e bens de uso permanente, entre outros.

Tendo em vista a importância das compras públicas, os países costumam regulamentar o procedimento administrativo dessas compras, por meio dos processos

licitatórios, com o objetivo de garantir transparência, isonomia, eficiência e celeridade. Via de regra a processo de compra pública se dá em etapas que pode ser vista na figura 5.

Figura 5: Etapas do processo de compra - visão generalizada.



Fonte: (BRASIL, 2021b).

Dentro de um quadro das generalidades, existem três modelos de compras públicas: 1) Centralizado: tem como principal característica a concentração de todas as fases do processo licitatório, onde o órgão responsável irá identificar as demandas, cotar preços, preparar termos de referência, definir qual a melhor modalidade de licitação e monitorar o andamento do processo; 2) Parcialmente centralizado: esse modelo funciona similar ao modelo centralizado, porém permite ao departamento demandante conduzir seus procedimentos licitatórios quanto aos itens ou serviços que necessitem de conhecimento especializado para as especificações necessárias; e, 3) Descentralizado: os processos de compras são realizados pelos departamentos demandantes de forma independente, mas com ajuda do departamento jurídico e controladoria do Estado (COSTA; PAIM TERRA, 2019).

No Brasil, o modelo parcialmente centralizado é o mais utilizado (70%), sendo seguido pelo modelo centralizado (25%) e em apenas 5% das vezes utiliza-se o modelo descentralizado (SANTOS, 2019). Além dos modelos compras públicas, no

Brasil também existem diversas modalidades, conforme previsto nas legislações, como passa-se a estudar.

3.1 COMPRAS PÚBLICAS - LEGISLAÇÃO

No que tange às regulamentações das compras públicas no Brasil, todas são regidas por legislação e normas técnicas subordinadas aos termos da Constituição Federal brasileira, nos termos do artigo 37, inciso XXI. Os procedimentos de aquisição de insumos e serviços na Administração Pública seguem modalidades e requisitos de compra e venda por meio das licitações públicas, regidas, hoje, pela Lei nº 8.666/93.

Sendo a licitação procedimento obrigatório para as contratações de todas as entidades mantidas com recursos públicos, entre elas as administrações diretas e indiretas, que tenham por objetivo: obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações. Entretanto, a própria legislação estabelece exceções aos processos de licitação, como as dispensas e as inexigibilidades, ambas com regras e especificidades definidas na Lei de Licitações.

O Brasil reformou suas normas licitatórias ao longo dos anos. Destacando-se a criação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), disposto na Lei nº 12.462/2011, na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e na Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), essas são apenas exemplos de reformas importantes instituídas no país para garantir maior agilidade e transparência ao processo licitatório.

Importante ressaltar a promulgação da nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133 (NLLC), que entrou em vigor no dia 1º de abril de 2021. Essa lei irá substituir a Lei nº 8.666/93. Contudo, nesses 2 anos (2021 e 2022), foram estabelecidos critérios de transição, constantes nos artigos 190, 191 e 193 da Lei nº 14.133/2021. Esses critérios, facultam ao gestor o uso tanto do regime administrativo da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520, de 2002 e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011 quanto o novo regime da NLLC. A publicação da NLLC apenas revogou de imediato a seção “Dos crimes e das Penas” prevista na Lei nº 8.666/1993.

Isto quer dizer que até 2022, o gestor público poderá utilizar a Lei nº 8.666/1993 para regular o processo de compra pública, mas a partir de 2023 será obrigatório a

utilização da Lei nº 14.133/2021. Observando que os contratos assinados até 2022 e que tenham prazo que se estendam para adiante de 2023 ainda seguirão a Lei nº 8.666/1993, na forma que dispõe o artigo 190 da Lei nº 14.133/2021. Passam a seguir a Lei nº 14.133/2021, de forma obrigatória, apenas os contratos realizados a partir de 2023.

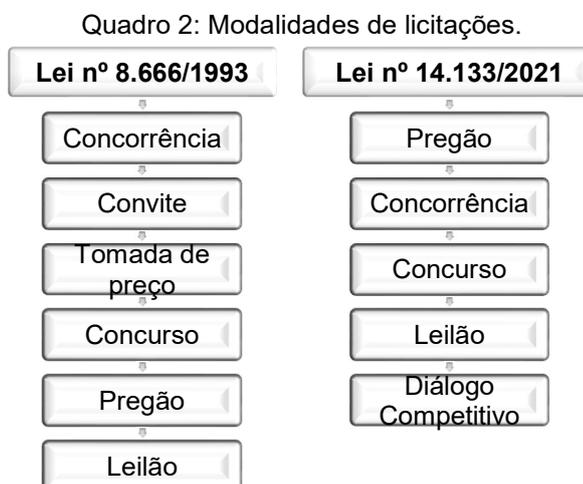
Cabe lembrar dos mecanismos de controle, gestão e fiscalização de contratos trazidos pela Lei nº 14.133/2021, serão realizados por “matriz de risco” e “escopo predefinido”, o que contribuirá para a melhoria e eficiência nas contratações das compras públicas.

3.2 MODALIDADES DE LICITAÇÃO

As modalidades de licitação conduzem o processo de compra de produtos e de serviços públicos cada uma tem características próprias e únicas e atualmente são classificadas em seis tipos: concorrência, convite, tomada de preço, concurso, pregão e leilão, descritas de acordo com a Lei nº 8.666/1993.

De forma que a partir de 1º de abril de 2023, na forma do artigo 28 da Lei nº 14.133/2021, as modalidades de licitação serão: pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo.

A Nova Lei de Licitação e Contratos, sancionada em 1º de abril de 2021, trouxe mudanças nas modalidades de licitação. Então tem-se:



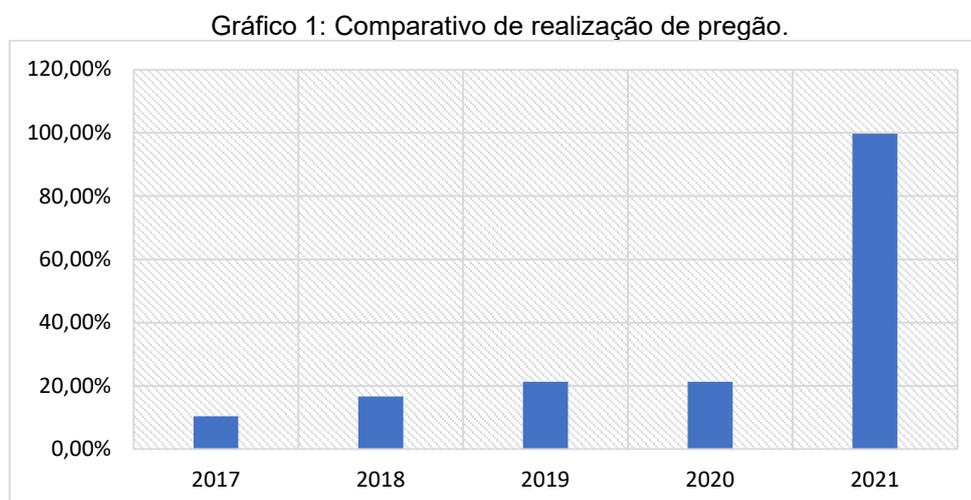
Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, as modalidades de convite e tomada de preço deixarão de existir a partir do momento em que a Lei nº 8.666/93 for extinta, enquanto uma nova modalidade foi implementada: o diálogo competitivo.

Na Lei nº 8.666/93, o critério geral para escolha da modalidade a ser aplicada era o valor da transação, mas isso não é mais o que acontece na NLLC, pois nela também deve ser levado em consideração as características do objeto, que nada mais é do que o tipo de produto ou serviço que será adquirido pela Administração Pública (BRASIL, 1993; BRASIL, 2021c).

Pesquisas demonstram que atualmente a modalidade de licitação mais utilizada no Brasil é o pregão eletrônico, seguido da modalidade concorrência (BRASIL, 2021d).

Entre os anos de 2017 e 2021 a utilização do pregão pelo Governo Federal Brasileiro alcançou o montante aproximado de 100% (desconsiderando os contratos de montante maior que a lei impõe a modalidade concorrência) como mostra o gráfico a seguir:



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do Portal da Transparência (BRASIL, 2021d).

O crescimento do uso do pregão eletrônico no Governo Federal entre 2017 e 2021 foi de aproximadamente 90%. E a explicação para isso aparenta bem simples: o pregão é utilizado para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, com procedimento

muito simplificado, de fácil fiscalização, portanto eficiente. Diante de sua importância, dentro dessa pesquisa, passa-se ao estudo dessa modalidade em específico.

3.3 PREGÃO ELETRÔNICO

De acordo com Carvalho Filho (2020) a utilização da Tecnologia da Informação (TI) pela Administração Pública tem aumentado a cada ano por diversos motivos, mas a finalidade precípua é a inovação e modernização dos processos de compras públicas, tornando-os mais transparentes e eficientes. A TI facilita o controle dos processos e minimiza os custos de pedidos, dos preços dos produtos e serviços, além de proporcionar rapidez nos recebimentos das aquisições.

E para Nohara (2017) a modernização tecnológica possibilitou que novas vertentes de transações fossem colocadas em uso de forma prática e segura, como o comércio eletrônico ou *e-commerce*² e, no caso das compras públicas, o *e-procurement*³. A facilidade de aquisição e venda de bens e serviços pelos portais de compras, assim como os baixos preços com agilidade e eficiência, são os propulsores do desenvolvimento do negócio eletrônico.

A modalidade pregão foi instituída no ano de 2002 por meio da Lei nº 10.520. Hoje, o pregão eletrônico está descrito na supracitada lei e é regulamentado pelo Decreto nº 10.024/2019, submetido à Lei nº 8.666/1993. Como essas duas legislações serão revogadas em 2023, o pregão eletrônico passará a ser regido pela Nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133/2021.

Essa modalidade será utilizada para concorrência pelo menor preço, quando feita a distância e por meio de sistema eletrônico com uso da *internet* para comunicação, além disso as propostas levarão em consideração, além do menor preço, os prazos de execução do contrato e fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições

² *E-commerce*, ou comércio eletrônico, refere-se às vendas pela *internet*, mais especificamente, as que são realizadas por uma única empresa, seja fabricante ou revendedor, por meio de plataforma virtual própria.

³ A versão resumida diz que *e-procurement* (do inglês '*electronic procurement*') diz respeito aos processos de negociação e aquisição de suprimentos ou serviços por meio da *internet*.

definidas no edital. A condução do pregão eletrônico se dará pelo órgão ou entidade que promova a licitação.

Todos os envolvidos deverão ser previamente credenciados no sistema do pregão. As aquisições de bens e serviços comuns devem ser feitas na modalidade pregão, e de preferência na forma eletrônica. Esse tipo de licitação está condicionado aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

A lei estabelece que a modalidade pregão seja destinada a aquisição de bens e serviços comuns, na forma entabulada pelo *caput* do artigo 1º da Lei nº 10.520 de 2002 e no parágrafo único do art. 1º da referida lei que define o que são bens e serviços comuns (BRASIL, 2002). Assim, as restrições e parâmetros instituídos no processo licitatório restringe a possibilidade de se realizar a contratação de obras públicas e de bens e serviços não qualificados como comuns (CARVALHO FILHO, 2020).

Pedrosa et al (2021) afirma que no Brasil, adota-se o pregão em sua modalidade eletrônica visando minimizar o uso do papel, aumentar a segurança dos atos tendo em vista que inibi adulterações e facilita a responsabilização, bem como reforça o compromisso do servidor público com a ética.

De forma que os processos de licitações brasileiras podem ser realizados na modalidade de Pregão Eletrônico sendo processados por meio de portais governamentais, como: Comprasnet, Portal da Caixa Econômica, Banco Brasil, BEC São Paulo, entre outros.

O procedimento de compra eletrônica trouxe resultados positivos, como a redução nos custos da aquisição de bens e serviços, além do aumento na transparência. A respeito do impacto da utilização da modalidade de pregão eletrônico nas compras públicas, podem ser apontados alguns dados relevantes reproduzidos pelo Ministério do Planejamento (realizado apenas no ano de 2014), quando o pregão eletrônico respondeu por 60% das compras governamentais, com um gasto de R\$ 7,6 bilhões, sendo empregado em 5,3 mil processos (16%). Se comparado apenas às modalidades licitatórias, essa forma de contratação foi responsável por 92% dos

gastos em aquisições, resultando numa economia para os cofres públicos da ordem de R\$ 1,6 bilhão (17%). Em relação ao número de certames licitatórios, o pregão eletrônico respondeu por 95% (DEZOLT et al, 2016).

Martins et al (2021) afirma que ao analisar a pesquisa realizada em processos licitatórios na modalidade de pregão eletrônico no Banco do Brasil, pode-se verificar redução significativa nos preços dos produtos licitados, chegando a uma economia geral de 27,71% quando calculada por meio da diferença entre os valores das melhores propostas e os valores contratados, foi identificado também que o aumento nos descontos auferidos podem estar associados à atividade de negociação exercida pelo pregoeiro. A redução dos preços também pode ser associada a ampliação da competitividade, já que empresas de todos os lugares podem concorrer às licitações de dentro das suas próprias sedes, evitando gastos com deslocamento e estadia, o que em alguns casos inviabiliza a participação de algumas empresas.

Nesse contexto, as informações apresentadas ratificam a importância dessa modalidade de contratação para a redução dos gastos públicos, além de proporcionar maior transparência, tendo em vista que todos os certames podem ser acompanhados em tempo real no Portal de Compras do Governo Federal pelo site: <<http://www.comprasnet.gov.br>>.

De forma que tendo em vista a facilidade de acesso virtual ao certame e a suas informações, através de editais, resultados, recursos e andamento de processos, o Pregão Eletrônico, se tornou uma das ferramentas mais transparentes na Administração Pública, permitindo maior participação popular com economicidade, o que resultou em um maior controle sobre os recursos públicos, agindo também como um mecanismo ativo de prevenção à corrupção e ao crime, obstando a prática de fraudes e desvio pelos gestores públicos (SOBRAL; SILVA NETO, 2020).

Como pode ser visto, o pregão eletrônico é atualmente a modalidade licitatória mais utilizada para aquisições públicas, isso porque proporciona, através de suas inovações, um processo que permite economia de tempo e de dinheiro público ainda respeitando à transparência dos atos públicos com eficiência.

Quanto aos prós e contras dos pregões eletrônicos têm-se que a realização das compras públicas por meio dessa modalidade de licitação, quando legalmente admissível, consiste em inovação revolucionária na Administração Pública brasileira,

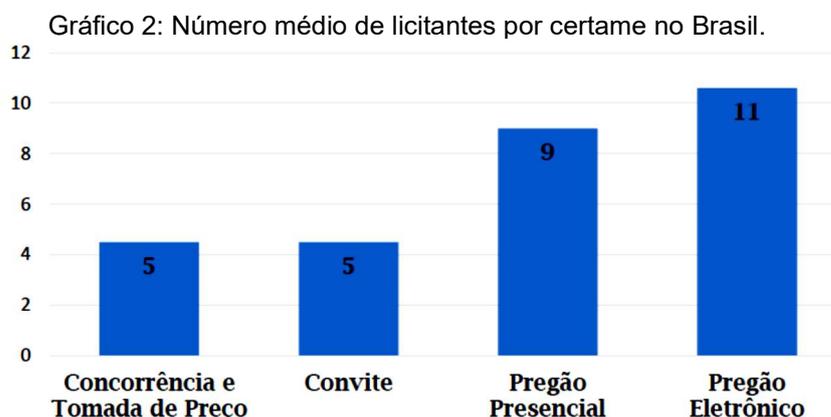
como já dito em linhas anteriores e, que apresenta mais vantagens do que desvantagens como será apresentado neste subitem.

Nesse sentido, Melo et al (2020) considera que o pregão eletrônico foi criado, buscando, basicamente, aumentar a quantidade de participantes, baratear o processo licitatório e trazer transparência às compras públicas. Esse método visa ampliar a disputa licitatória, permitindo a participação de várias empresas de diversos estados, dispensando a presença dos contendentes, vez que a tecnologia da informação é uma ferramenta cada vez mais acessível e de baixo custo.

Fato muito importante nesse cenário é a transparência gerada pela tecnologia que permitiu fácil acesso aos dados da Administração Pública pela população e aos órgãos de controle como os Tribunais de Contas. Todos os atos administrativos da licitação são publicados no meio eletrônico.

Para Zamboni; Scorvo (2015) as vantagens do pregão eletrônico são diversas tais como a inversão de fase, já que primeiro se analisa os preços e depois a documentação habilitatória; os licitantes não precisam se deslocar de duas empresas até o local do certame, porque basta acessar o sitio eletrônico, se cadastrar e dar os lances; aumento de participantes na licitação e economia processual; prazos mais curtos para publicação, julgamento, recurso único, celeridade e transparência e, maior aplicabilidade do princípio da impessoalidade, pois o pregoeiro só tem acesso às empresas, no final da sessão da disputa.

O número médio de licitantes por certame, no caso do pregão eletrônico, é de 11, número superior que do pregão presencial, que é em média de 9 licitantes, como demonstrado no gráfico 2 (DEZOLT et al, 2016).



Fonte: Dezolt et al. (2016).

Pelo gráfico acima, pode-se observar que o número médio de licitantes por certame é de aproximadamente 23% maior no pregão eletrônico em comparação ao presencial e de 120% maior se comparado com as modalidades 'concorrência e tomada de preço' e 'convite'.

Também é preciso registrar que os pregões eletrônicos são mais utilizados que os pregões presenciais, não só pela maior concorrência, mas ainda pela existência de políticas de incentivo a compras regionais e de micro e pequenas empresas (DEZOLT et al, 2016).

Para Albiero; Silva (2018) é necessário registrar a importante orientação advinda dos benefícios e da eficiência que se impõe nos pregões eletrônicos que permitem aparecer a eficiência e a economia nas compras públicas, já que essas são características que estão associadas e, somados à transparência fazem do certame eletrônico um dos melhores instrumentos para gerenciar a qualidade de gestão dos recursos públicos.

Melo et al (2020) destaca a celeridade do processo do pregão eletrônico, que é possível ante a própria inversão de fases, pelo menor prazo recursal e de publicação. Trata-se, assim, de modalidade ágil, transparente e que possibilita uma negociação eficaz entre os licitantes e a Administração.

Madeira (2022) destaca que de tantos benefícios fica difícil apontar pontos negativos. No entanto, ainda nos dias de hoje, o maior vilão encontrado para essa modalidade de processo licitatório é a falha na conectividade, tanto por parte da Administração quanto dos licitantes.

Para Sobral; Silva Neto (2020) ainda é possível citar alguns pontos negativos do pregão eletrônico como: demora para *download* de editais e documentos diversos, falta de tecnologia dos fornecedores, falta de segurança de rede, dificuldade para busca dos certames na rede de *internet* e amparo jurídico no tocante a garantir que todas as lacunas jurídicas do processo sejam previstas a fim de evitar falhas.

Batista (2019) afirma que o pregão eletrônico, com todas as vantagens, ainda requer aperfeiçoamentos que sejam adequados à realidade, pois os avanços proporcionados na tecnologia exigem atualizações que oferecem maior eficiência ao uso da ferramenta. É perceptível que muitos pregoeiros ainda estão despreparados e desatualizados, fatos que dificultam e até tumultuam a realização do processo.

Pedrosa et al (2021) entende que a escolha da modalidade presencial ou eletrônica cria uma relação de dependência com a disponibilidade dos recursos tecnológicos e o acesso de fornecedores ao processo no local, tendo em vista que em municípios mais afastados das metrópoles, verifica-se que ainda o acesso pode apresentar limitadores se considerado o deslocamento, enquanto que o pregão eletrônico se limita à capacitação humana e, também, a disponibilização dos equipamentos com os incrementos necessários.

Para Ferreira (2019, p.109) a utilização do pregão eletrônico busca a otimização dos processos administrativos na gestão dos recursos públicos e esse tipo de licitação está cada vez mais sendo utilizado pelos gestores públicos. O Autor enfatiza que o sucesso dessa modalidade de licitação se dá a precisão dos preços estimados nos processos de compras públicas. Diante do estudo realizado pelo autor com amostragem de 1271 licitações feitas pelo governo federal, no ano de 2018, com dados de uma única unidade gestora de orçamento, obteve-se a redução de preços médios nos pregões eletrônicos no percentual de 17,75%, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Compilado das médias de preços alcançados nos pregões por objeto

Item	Preço Estimado	Menor Preço	Quantidade de licitantes	Preço sem negociação	Preço com negociação
Açúcar	R\$ 11,82	R\$ 9,74	6,03	R\$ 9,84	R\$ 9,39
Copo	R\$ 4,55	R\$ 3,03	11,05	R\$ 3,16	R\$ 2,62
Café	R 11,58	R\$ 8,62	11,59	R\$ 8,33	R\$ 9,27
Fita	R\$ 4,36	R\$ 3,28	8,62	R\$ 2,87	R\$ 4,14
Cola	R\$ 2,79	R\$ 1,15	8,74	R\$ 1,10	R\$ 1,15
Caneta	R\$ 34,87	R\$ 23,78	9,99	R\$ 22,75	R\$ 27,50
Álcool	R\$ 10,15	R\$ 7,11	7,11	R\$ 7,61	R\$ 5,90
Pasta	R\$ 2,86	R\$ 2,02	6,30	R\$ 2,08	R\$ 1,90
Soma	R\$ 71,40	R\$ 58,73			

Fonte: Ferreira (2019, p.108)

E Cavado (2020, p.92) ao elaborar o estudo a respeito das compras públicas da Universidade de Brasília (UnB), concluiu que o número de processos de compras foi reduzido, pois até o ano de 2008, quando não se utilizava a modalidade pregão eletrônico, a média de processos realizados anualmente era de 3.290, e no ano de 2009 chegou ao ápice de 4.771 processos. Desde então passou a usar essa modalidade de licitação, o pregão eletrônico, e a média de processos anuais caiu para 976 no ano de 2019. Além disso o prazo médio de realização das compras da UnB passou de 30 dias (2007 a 2012) para 17 dias (2017 a 2019). E cita como principais medidas para alcançar esses resultados: a) diminuição do número de compras diretas; b) concentração das licitações no pregão e c) adoção do uso de novas tecnologias.

Portanto, diante do explanado, pode-se afirmar que embora o Pregão eletrônico ainda tenha algumas desvantagens, no geral, pela sua maneira dinâmica, mas sem deixar de atender aos princípios da licitação, vem a ser uma grande ferramenta logística no processo de compras da Administração Pública, alcançando redução de custos (por meio da fase de lances onde os licitantes disputam para ver quem vai ofertar o menor preço) e aumento da eficiência (alcançada através de processos mais ágeis e mais simplificados), fundamentos da gestão logística de aquisição.

Desse modo o pregão eletrônico também beneficia a transparência e a fiscalização externa o que contribui, em muito, para redução de fraudes nas licitações. Assim, os benefícios trazidos pelo Pregão Eletrônico suplantam totalmente os pontos negativos de sua utilização.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS PREGÕES ELETRÔNICOS NO COFEN

4.1 COFEN: DADOS E CARACTERIZAÇÃO

O artigo 1º da Lei nº 5.905/1973 dispõe sobre a criação do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e os Conselhos Regionais de Enfermagem (Corens) afirmando que seu conjunto se constitui em uma autarquia (BRASIL, 1973). Como Autarquia, o Cofen consiste em uma entidade autônoma auxiliar e descentralizada da Administração Pública, sujeita a fiscalização, externa inclusive, e tutela do Estado, com patrimônio constituído de recursos próprios (CARVALHO FILHO, 2020).

Como integrante da Administração Pública o Cofen não pode exprimir em suas ações e tomadas de decisões a liberdade nem a vontade pessoal dos gestores, cabendo fazer tão somente o que for autorizado pela lei. Ainda como autarquia cabe ao Cofen obedecer aos ditames constitucionais tais como os princípios orientadores e vinculativos expostos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, quais sejam: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência (BRASIL, 1988).

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) sendo uma autarquia federal, que tem por atribuições, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional dos profissionais de enfermagem em todo território nacional e, como integrante da Administração Pública, precisa seguir todas as normas dirigidas a ela, tal como, em especial a determinação constitucional de eficiência (expressão utilizada neste estudo com conceito decorrente do âmbito constitucional, mais amplo que o contexto específico da Economia).

A eficiência requerida pela Constituição Federal precisa estar estampada tanto no que se refere aos recursos humanos como no que tange aos recursos financeiros, precisa-se priorizar essa eficiência em todas as tomadas de decisão no sentido de detectar e erradicar as deficiências e fragilidades nos processos de gestão interna delineando que os recursos financeiros não sejam utilizados tão somente como atividades meramente operacionais, mas sim como elementos estratégicos e sustentáveis.

No ano de 1975, foi empossado o primeiro Plenário do Cofen, responsável por definir as regras de sua própria organização, além de proceder com a instalação inicial

dos Conselhos Regionais de Enfermagem, assim como preparar o registro dos títulos de todo o pessoal de Enfermagem até então inscrito no Departamento Nacional de Saúde Pública. Atualmente, segundo o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), existem mais de 2.600 milhões de profissionais, entre enfermeiros, técnicos em Enfermagem, auxiliares de Enfermagem e obstetrias (tabela 1) registrados no país (ENFERMAGEM EM NÚMEROS - COFEN, 2022).

Tabela 2 – Inscrições ativas no Cofen até mar./2022.

UF	Data de referência	Total Auxiliares	Total Técnicos	Total Enfermeiros	Total Obstetrias	TOTAL GERAL
AC	01/01/2022	576	5.659	2.783	0	9.018
AL	01/02/2022	5.018	19.365	9.214	0	33.597
AM	01/02/2022	3.190	38.863	13.539	0	55.592
AP	01/12/2021	923	11.501	3.212	0	15.636
BA	01/02/2022	12.750	94.977	43.288	6	151.021
CE	01/02/2022	12.044	52.334	28.675	0	93.053
DF	01/02/2022	2.950	39.644	18.581	0	61.175
ES	01/02/2022	3.461	32.787	10.615	1	46.864
GO	01/01/2022	4.702	46.241	18.853	0	69.796
MA	01/02/2022	4.026	47.493	16.935	0	68.454
MG	01/02/2022	19.056	139.720	57.934	2	216.712
MS	01/02/2022	3.172	16.669	8.712	7	28.560
MT	01/02/2022	2.403	21.039	10.955	0	34.397
PA	01/02/2022	8.079	65.064	17.026	1	90.170
PB	01/02/2022	3.205	28.327	15.618	1	47.151
PE	01/02/2022	13.309	81.290	30.363	0	124.962
PI	01/02/2022	5.948	24.623	12.527	0	43.098
PR	01/02/2022	23.281	64.894	30.499	2	118.676
RJ	01/02/2022	47.747	210.024	61.522	3	319.296
RN	01/02/2022	5.370	26.837	10.912	1	43.120
RO	01/02/2022	2.700	12.201	5.378	1	20.280
RR	01/12/2021	1.263	6.556	1.936	0	9.755
RS	01/02/2022	10.821	99.543	29.704	1	140.069
SC	01/02/2022	5.487	46.911	18.112	2	70.512
SE	01/02/2022	6.313	15.530	7.765	0	29.608
SP	01/02/2022	232.584	279.798	160.178	315	672.875
TO	01/02/2022	900	13.606	6.592	0	21.098
TOTAL GERAL		441.278	1.541.496	651.428	343	2.634.545

Fonte: Enfermagem em números - COFEN, 2022.

O Cofen é sediado em Brasília/DF e constitui-se na unidade central do sistema fiscalizatório de Enfermagem, sendo os Conselhos Regionais de Enfermagem (Corens), unidades a ele vinculadas que possuem autonomia relativa que por força da lei que os criou, são órgãos executores da disciplina e fiscalização profissional. Cada Conselho Regional é dotado de personalidade jurídica de direito público e possui autonomia administrativa relativa, financeira, patrimonial, orçamentária e política, sem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com os órgãos da Administração Pública

Federal, se submetendo à fiscalização de órgãos de controle externo como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU) (BRASIL, 1973).

Institucionalmente, o Cofen se organiza de forma a prevalecer as decisões do Plenário e da Diretoria que são as instâncias máximas de gestão e decisão, cada uma com suas atividades determinadas pela lei e pelos regimentos internos do órgão. Suas competências encontram-se entabuladas no art. 8º da Lei nº 5.905/73 (BRASIL, 1973).

Além das atividades próprias, conferidas por lei, como se depreende do artigo acima colacionado, o Sistema Cofen/Corens exerce outras ações necessárias ao cumprimento de suas finalidades subsidiárias seguindo as determinações legais (COFEN, 2022).

O Cofen, além de seguir as leis nacionais, também é filiado ao Conselho Internacional de Enfermeiros em Genebra, que normatiza e fiscaliza o exercício da profissão de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem a nível global visando a qualidade dos serviços prestados e pelo cumprimento da Lei do Exercício Profissional da Enfermagem. De forma que cabe ao Cofen a responsabilidade pela regulamentação da profissão, definindo e estabelecendo parâmetros legais e éticos para o exercício profissional tanto dentro do Brasil como no âmbito internacional (NEIVA et al, 2019).

No que tange o âmbito econômico/financeiro do Cofen, ao final do quarto trimestre de 2019 o saldo inicial de recursos, conforme Balanço Financeiro, era de R\$ 154.139.608,53. No encerramento do quarto trimestre de 2020, o saldo ficou em R\$ 180.960.398,52, representando um resultado financeiro superavitário de R\$ 26.820.789,99, conforme quadro 3.

Quadro 3: Balanço Financeiro Cofen - 2019/2020.

BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ORÇAMENTÁRIA	119.939.167,81	ORÇAMENTÁRIA	93.095.453,38
Corrente	119.891.856,56	Corrente	93.095.453,38
Capital	47.311,25	Capital	
EXTRA ORÇAMENTÁRIA	15.628.922,57	EXTRA ORÇAMENTÁRIA	15.651.847,01
Saldo Exercício Anterior	154.139.608,53	Saldo Exercício Seguinte	180.960.398,52
Resultado Financeiro	26.820.789,99		
TOTAL	289.707.698,91	TOTAL	289.707.698,91

Fonte: Divisão de Controle Interno do Cofen (2020).

Quanto ao índice de liquidez, a autarquia possui altíssimos índices, resultado na afirmativa de que o Cofen não tem dificuldades de honrar com seus compromissos de curto, médio ou longo prazo como demonstra o quadro 4.

Quadro 4: Cálculo e análise dos índices de liquidez Cofen - 2020.

Cálculo e Análise dos Índices de Liquidez		
Índices	Valor	Valor Desejado
Corrente	32,01	Maior que 1,00
Imediata	31,94	Maior que 1,00
Geral	19,40	Maior que 1,00

Fonte: Divisão de Controle Interno do Cofen (2020).

No que tange aos índices de endividamento total, o Cofen possui um grau muito baixo (4,43%), não havendo riscos de insolvência para a entidade. Esse número representa menos de 10% de todo o patrimônio líquido da autarquia (DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO DO COFEN, 2020).

Quanto à receita arrecadada do Cofen apresenta-se a tabela a seguir com o comparativo entre os anos de 2008 e 2020:

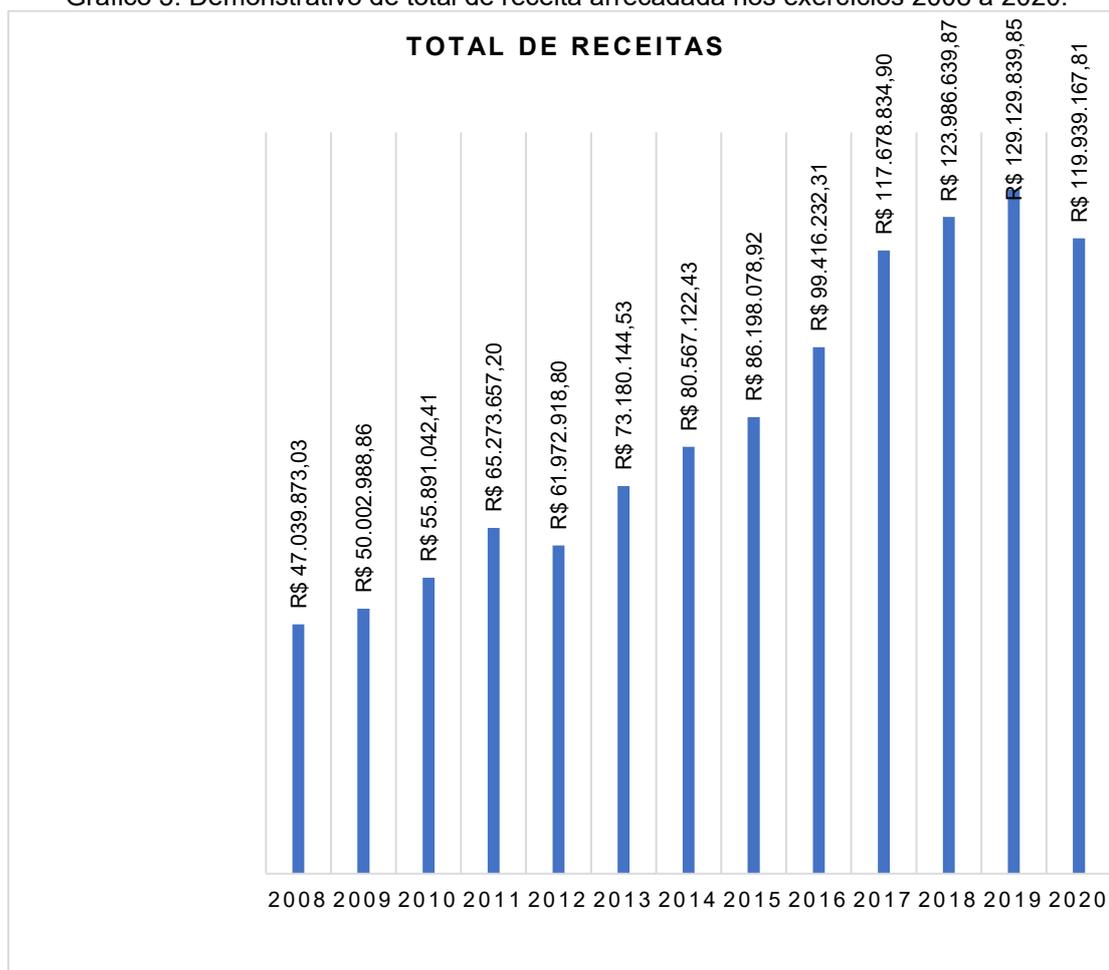
Tabela 3: Receita arrecadada pelo Cofen entre 2008 a 2020.

2008	R\$ 47.039.873,03
2009	R\$ 50.002.988,86
2010	R\$ 55.891.042,41
2011	R\$ 62.273.657,20
2012	R\$ 61.972.918,80
2013	R\$ 74.437.646,57
2014	R\$ 80.846.497,94
2015	R\$ 86.198.078,92
2016	R\$ 99.416.232,31
2017	R\$ 117.678.834,90
2018	R\$ 123.986.639,87
2019	R\$ 129.129.839,85
2020	R\$ 119.939.167,81

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Cofen (2022).

Observa-se que a receita de 2008 para 2019 cresceu 174,5%, indo de R\$47.039.873,03 em 2008 para R\$129.129,839,85 em 2019, como pode ser visualizado de maneira clara através do gráfico 3:

Gráfico 3: Demonstrativo de total de receita arrecadada nos exercícios 2008 a 2020.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Sistema Integrado de Apoio à Gestão do Cofen (GENF).

Observa-se no gráfico 3, que até o ano de 2019 a receita cresceu de forma ininterrupta, caindo apenas em 2020, aproximadamente 7,1%, aparentemente por conta da pandemia de Covid-19 que assolou o mundo e impactou de forma abrupta e violenta a Economia no geral.

Este o parâmetro geral sobre o Cofen que atualmente utiliza para suas compras a modalidade de licitação Pregão Eletrônico na maior parte das vezes como passa-se a analisar.

4.2 ANÁLISE DE DADOS: PREGÕES ELETRÔNICOS NO COFEN

Embora a modalidade de licitação 'Pregão Eletrônico' tenha tido início no ano de 2005, o Cofen começou a utilizá-lo tão somente em 2011, como pode ser visto por meio da tabela 3.

Tabela 4: Quantidades de licitações do Cofen - 2010 a 2020.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Concorrência	1	-	3	5	12	-	16	1	1	3	-	-	2	-	44
Pregão Presencial	9	3	21	35	72	36	1	-	-	1	-	-	-	-	178
Pregão Eletrônico	-	-	-	-	11	29	47	48	39	50	58	31	22	13	348
Convite	-	2	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Tomada de Preço	1	-	-	-	1	4	-	1	-	-	-	-	-	-	7
Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	11	5	24	40	97	71	64	50	40	54	58	31	24	13	582

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Cofen (2022).

Pelos números na tabela é possível identificar que até 2012 preponderava a licitação na modalidade pregão presencial, e depois desse ano o Pregão Eletrônico foi a modalidade de licitação mais utilizada. Tal fato se justifica pela própria determinação legal e pelos benefícios que esta modalidade traz consigo, mas também, tal mudança ocorreu devido à grande reestruturação iniciada no Cofen ano de 2008, principalmente por meio da Decisão Cofen nº 011, de 28 de janeiro de 2008, Decisão Cofen nº 057, 15 de agosto de 2008 e da Resolução Cofen nº 340/2008. Essa reestruturação foi intensificada nos anos seguintes o que possibilitou uma melhor escolha da modalidade de licitação que mais favorecia o sistema Cofen/Conselhos de Enfermagem.

É possível observar que nos anos 2013 a 2020 as compras foram feitas quase integralmente por meio de Pregão Eletrônico. Ao se comparar o ano de 2011 com o de 2017 vê-se um aumento de aproximadamente 428% quanto ao uso do Pregão Eletrônico. Ao se analisar apenas os anos 2017 a 2020, constata-se que quase 100% das compras do Cofen foram realizadas por meio de Pregão Eletrônico.

Do total das aquisições, por licitação, no Cofen 59,79% foram feitas por meio de Pregão Eletrônico entre 2007 e 2020, ou seja, das 582 compras por licitação, 348 foram por Pregão Eletrônico.

As compras feitas com dispensa de licitação estão demonstradas na tabela 5.

Tabela 5: Quantitativo de dispensa de licitações no Cofen - 2007 a 2020.

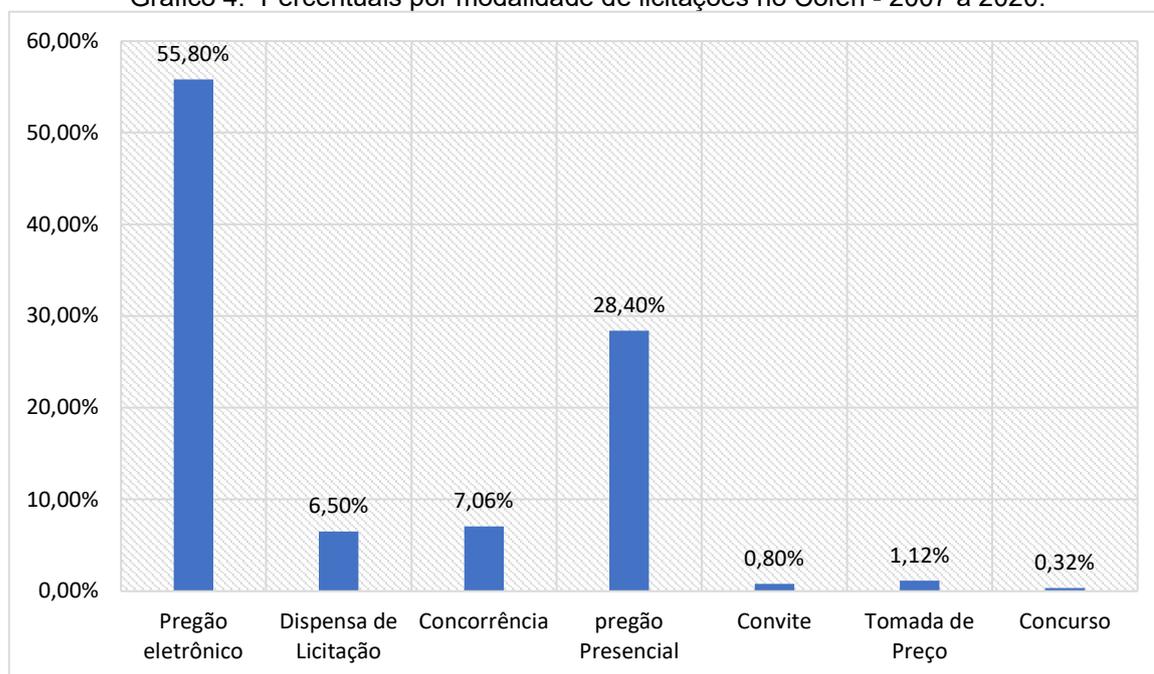
Ano	Quantitativo
2016	6
2017	8
2018	17
2019	9
2020	1

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Cofen (2022).

No total compras licitadas + dispensa de licitações tem-se o total de 623 processos de compras dos quais apenas 6,58% foram feitas com dispensa de licitação.

Por meio do gráfico 4, pode-se observar que dentre todas as modalidades de licitação e dispensa de licitação o Pregão Eletrônico foi o mais utilizado pelo Cofen no período de 2007 a 2020:

Gráfico 4: Percentuais por modalidade de licitações no Cofen - 2007 a 2020.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Cofen (2022).

Assim, 55,80% do total de compras, seguiram a modalidade Pregão Eletrônico, seguida pelas modalidades Pregão Presencial com 28,40%, Concorrência 7,06%, Dispensa de Licitação 6,50%, Tomada de Preços 1,12%, Convite 0,80% e por último o Concurso com 0,32%.

A tabela 6 apresenta as quantidades de pregões eletrônicos por tipo de objeto e por ano, de acordo com a classificação elaborada pelo autor sobre os anos 2010 a 2019:

Tabela 6: Quantidades de pregões eletrônicos por tipo de objeto - 2010 a 2019.

Tipo de Objeto	A N O									Soma	%
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		
Material de escritório	2	4	2	2	4	2	2	2	1	21	8%
Manutenção em geral	1	3	6	3	0	1	7	1	1	23	9%
Eventos	0	2	10	10	14	12	21	10	8	87	33%
Serviços/aquisição T.I.	2	4	9	3	0	8	6	2	2	36	14%
Aquisição ativo permanente	0	4	1	7	4	10	1	3	0	30	11%
Serviços telefonia	0	0	0	2	0	1	0	0	1	4	2%
Demais serviços	0	2	5	10	10	10	9	5	4	55	21%
Gêneros alimentícios	0	1	2	2	1	1	1	2	0	10	4%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Cofen (2022).

Por meio da tabela 6 pode-se constatar o Pregão Eletrônico foi mais utilizado na compra de materiais para eventos, com 33% do total dos pregões nos anos de 2010 a 2019, pois o Cofen patrocina diversos eventos, como por exemplo: Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBCENF), Seminário Administrativo, Seminário Institucional, Semana da Enfermagem (nacional), Seminário de Fiscalização entre outros. O CBCENF tem cunho científico, já os demais são realizados treinamentos profissionais para aperfeiçoamento em todas as áreas de atuação do Cofen e dos Conselhos Regionais de Enfermagem.

Destaca-se também as despesas com Tecnologia da Informação (TI) que tiveram 14% dos gastos com pregões. Essas despesas englobaram todos os gastos com TI, ou seja, sistemas, *softwares*, atualizações, antivírus, *firewall*, sistemas de gestão de folha, sistema de gestão contábil/financeira, hospedagem de sítios, hospedagem de *e-mails*, entre outros.

4.3 PREGÕES ELETRÔNICOS NO COFEN: REDUÇÕES DOS CUSTOS

Somente as despesas realizadas por meio de Pregão Eletrônico foram estimadas R\$ 91.993.899,30 e adjudicado R\$ 63.133.700,81. A estimativa estava calculada com base no Pregão Presencial, mas com a feitura do Pregão Eletrônico foram economizados R\$ 28.860.198,49, como demonstra a tabela 6.

Tabela 7: Quantitativos de valores em licitações por pregão eletrônico - 2011 a 2019.

Ano	Valor Estimado	Valor Adjudicado	Economia	% Economia
2011	58.414,80	39.507,00	18.907,80	32%
2012	715.607,50	386.654,96	328.952,54	46%
2013	8.277.345,38	5.666.198,08	2.611.147,30	32%
2014	5.072.322,46	3.364.261,95	1.708.060,51	34%
2015	33.191.953,83	22.612.671,32	10.579.282,51	32%
2016	15.015.742,13	12.314.591,51	2.701.150,62	18%
2017	20.212.068,41	10.683.010,10	9.529.058,31	47%
2018	2.403.475,22	1.932.480,93	470.994,29	20%
2019	7.046.969,57	6.134.324,96	912.644,61	13%
Soma	91.993.899,30	63.133.700,81	28.860.198,49	31%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponibilizados no sítio eletrônico do Comprasnet (2020).

A economia total representa o percentual de 31% na comparação entre os valores totais estimados e os adjudicados. Verifica-se que o ano de 2017 foi o ano de maior economia nos processos de pregões eletrônicos para o Cofen, com 47% de economia, seguido do ano de 2012, com 46% de economia nas compras/contratações. Já o ano de 2019 teve o pior desempenho, com 13% de economia.

No ano de 2018 foram realizadas contratações/compras na modalidade de dispensa, no valor de R\$ 139.813,08, conforme informação disponibilizada no sítio eletrônico do Cofen⁴.

Conforme apresentado na tabela 6, o Cofen teve bons percentuais de economia nos processos de compras, com a utilização da licitação na modalidade pregão eletrônico, porém existem outros benefícios que podem ser citados nesses processos: celeridade do processo, aumento da concorrência na maioria dos processos, transparência das informações por meio do uso do sítio eletrônico do Comprasnet e do sítio eletrônico do próprio Cofen.

O sistema de processo dos pregões eletrônicos realizados pelo Cofen possui equipe de quatro empregados públicos, os quais estão envolvidos diretamente nos

⁴ Não foi possível valorar os outros tipos de contratações pelo Cofen, pois os valores não foram disponibilizados nos sítios eletrônicos dessa autarquia e não foram publicados, pelo Cofen, no sítio eletrônico do Comprasnet.

processos licitatórios. Se considerar os valores salariais desses empregados públicos, comparados com os demais profissionais que seriam necessários para feitura de um pregão presencial, por exemplo, os percentuais de economia seriam ainda maiores, já que esses empregados, tem seus salários fixos, não tendo aumento de custos para a feitura do pregão eletrônico.

Embora não seja possível fazer-se um comparativo objetivo de gastos entre pregão presencial e eletrônico no Cofen, tendo em vista que os dados de anos anteriores são precários, estudo recente identificou que a economia gerada pelo pregão eletrônico, para aquisição de bens e serviços, é correspondente a 23,53%. Isso devido ao fato de que o pregão eletrônico possibilitar maior competitividade, viabilizado pelas sessões de modo *online*, à distância que facilita o acesso de mais fornecedores, promovendo maior disputa e resultando em maiores descontos beneficiando o alcance da economicidade (SILVA, 2021).

Portanto verifica-se a economicidade dos pregões eletrônicos também nesse quesito, além dos demais pontos positivos trazidos por ele, como a vantagem de que os processos de pregão eletrônico ser, em geral, padronizados, facilitando a execução de outros novos certames, pois as expertises adquiridas nos processos anteriores ajudam a melhorar elaboração a cada novo processo, com as correções de falhas identificadas nos processos concluídos.

Com relação aos custos, pode-se citar falhas na elaboração dos editais, onde os quesitos não são bens especificados ou são muito minuciosos, com muitas peculiaridades o que em ambos os casos, excluem ou não atraem alguns fornecedores que poderiam melhorar as concorrências dos processos. Essas falhas de processos, em algumas vezes, acabam por cancelar os processos de aquisição/contratação, conforme pode ser visto na tabela 7. Foram cancelados 28 pregões, entre 2010 e 2019, por alguma falha na elaboração dos editais, o que traz prejuízos tanto de tempo como de custos para autarquia.

De acordo com o Relatório Técnico nº 12/2007 (Consolidação do Levantamento de Custos) realizado, apenas no referido ano, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Consórcio formado pela Fundação Instituto de Administração, Sistemas de Processamento de Dados Ltda (IDS-Scheer) e a Sundfeld Advogados, o custo para administração de um processo licitatório, em 2006, estava em torno de

R\$6.555,00, independente da modalidade escolhida (RELATÓRIO TÉCNICO Nº 12, 2007).

Tabela 8: Quantidades de licitações canceladas do Cofen - 2010 a 2019.

Processos	Objeto
Pregão Eletrônico nº 4/2012	serviços sistema informática folha pagamento
Pregão eletrônico nº 10/2012	sistema informática folha de pagamento
Pregão presencial nº 2/2012	agência turismo- 15º CBCENF
Pregão eletrônico nº 7/2013	serviços transporte -servidores e Conselheiros
Pregão eletrônico nº 13/2013	administradora de vale combustível em cartão
Pregão Eletrônico nº 12/2013	fitas de segurança para shows no 16º CBCENF
Pregão Eletrônico nº 23/2013	insumos de café e açúcar para o almoxarifado
Pregão Eletrônico nº 29/2013	empresa administradora vale combustível em cartão
Pregão Eletrônico nº 22/2013	produção, edição, impressão Informativo -16º CBCENF
Pregão Eletrônico nº 36/2013	contratação de buffet -jantar seminário administrativo
Pregão eletrônico nº 5/2014	solução integrada para proc. e armazenamento de dados
Pregão eletrônico nº 19/2014	aquisição baterias recarregáveis para nobreak
Pregão eletrôn. nº 34/2014 SRP	Aquisição de 8 (oito) livros contábeis
Pregão eletrônico Nº 5/2015	Uma (1) câmera profissional com reflex, com AF/AE
Pregão eletrônico nº 20/2015	Combustível para veículos Cofen
Pregão eletrônico nº 21/2015	serviços telefônicos fixos comutados
Pregão eletrônico nº 28/2015	Insumos de higienização bucal
Pregão eletrônico nº 37/2016	serviços de locação de veículos
Pregão eletrônico nº 41/2016	manutenção predial preventiva e/ou corretiva
Pregão eletrônico Nº 34/2016	placa de impressora
Pregão eletrônico Nº 47/2016	Serviço Telefônico Fixo Comutado
Pregão eletrônico Nº 32/2016	aquisição de 05 (cinco) veículos novos
Pregão eletrônico nº 54/2016	aquisição de licença de uso perpétuo de software
Pregão eletrônico Nº 62/2016	licença de software de avaliação de imóveis
Pregão eletrônico nº 28/2017	serviços telefone fixo
Pregão eletrônico Nº 38/2017	Telefonia Fixa Comutada / Convencional
Pregão eletrônico nº 44/2017	água potável, por intermédio de caminhão-pipa
Pregão eletrônico nº 57/2017	Telefonia Móvel Pessoal

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Cofen (2022).

A tabela 8 demonstra a consolidação dos resultados dos custos recorrentes por modalidade de licitação desenvolvido no Relatório Técnico nº 12/2007:

Tabela 9: Consolidação dos resultados. Custos recorrentes.

Modalidade	Quantidade de eventos	Órgãos que utilizaram a modalidade	Custo médio das áreas de compras	Suporte jurídico e publicações	Custo total
Dispensa de licitação	4.611	12	R\$ 1.531	R\$ 495	R\$ 2.025
Convite	38	7	R\$ 31.361	R\$ 945	R\$ 32.306
Pregão eletrônico	633	13	R\$ 19.593	R\$ 1.105	R\$ 20.698
Pregão eletrônico para Registro de Preços	50	7	R\$ 30.636	R\$ 1.551	R\$ 32.187
Pregão presencial	16	7	R\$ 46.843	R\$ 845	R\$ 47.688
Pregão presencial para Registro de Preços	1	1	R\$ 29.117	R\$ 684	R\$ 29.801
Tomada de Preços - menor preço	13	6	R\$ 35.701	R\$ 8.025	R\$ 43.726
Tomada de Preços - técnica e preço	19	1	R\$ 20.194	R\$ 1.456	R\$ 21.651
Concorrência Pública - menor preço	59	6	R\$ 19.269	R\$ 2.404	R\$ 21.673
Concorrência Pública - técnica e preço	50	6	R\$ 19.962	R\$ 3.716	R\$ 23.679
Concorrência Pública para Registro de Preços	-	0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0

Fonte: Relatório Técnico nº 12 (2007).

Pode-se observar que, com exceção das dispensas de licitações, entre todas as modalidades de licitação, a que tem o menor custo total é o Pregão Eletrônico que alcança o patamar menos custoso de aproximadamente 53,3%, sendo o Pregão Presencial a modalidade mais cara.

Cavedo (2020) aplicando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), chegou ao montante de R\$ 14.495,64 de custo total médio para qualquer tipo de licitação no ano de 2019. Ao fazer esse cálculo os valores, entre 2006 a 2019, ficariam assim:

Tabela 10: Custo do processo licitatório corrigido pelo IPCA (valor médio).

Ano	Índice de correção	Valor percentual correspondente	Valor corrigido
2006	-	-	R\$ 6.555,00
2007	1,0339991	3,39991	R\$ 6.777,86
2008	1,0511553	5,11553	R\$ 7.124,58
2009	1,0705496	7,05496	R\$ 7.627,22
2010	1,053767	5,3767	R\$ 8.037,31
2011	1,0685171	6,85171	R\$ 8.588,00
2012	1,0607139	6,07139	R\$ 9.109,41
2013	1,068125	6,8125	R\$ 9.729,99
2014	1,0665201	6,65201	R\$ 10.377,23
2015	1,0912342	9,12342	R\$ 11.323,99
2016	1,1083084	10,83084	R\$ 12.550,47
2017	1,0502069	5,02069	R\$ 13.180,59
2018	1,0293736	2,93736	R\$ 13.567,75
2019	1,0683894	6,83894	R\$ 14.495,64

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Cavedo (2020).

O custo do processo de compras de 2006 até 2019 teve uma variação de aproximadamente 121%, passando de R\$ 6.555,00 para R\$ 14.495,64. Usando-se esses valores como base e os dados colacionados na tabela 6 e na 9, os custos com os procedimentos licitatórios no Cofen, entre 2007 e 2020, superariam os R\$600 mil anuais. Importante observar os dados registrados na tabela a seguir que utilizou como base os valores corrigidos e descritos pela tabela 9 e o quantitativo de licitações descrito na tabela 3:

Tabela 11: Comparativo de valores projetados - 2007 a 2019.

ANO	Quantitativo Pregões Eletrônicos (PE)	Quantitativo outras licitações	Valor Corrigido	Projeção de gastos com base no valor corrigido com licitações (excluído os PE)	Diferença de valores se não houvesse o PE
2007	0	11	R\$ 6.777,86	R\$74.556,46	-
2008	0	5	R\$ 7.124,58	R\$35.622,30	-
2009	0	24	R\$ 7.627,22	R\$183.053,28	-
2010	0	40	R\$ 8.037,31	R\$321.491,20	-
2011	11	86	R\$ 8.588,00	R\$738.568,00	R\$833.036,00
2012	29	42	R\$ 9.109,41	R\$382.595,22	R\$646.768,11
2013	47	17	R\$ 9.729,99	R\$165.409,83	R\$622.719,36
2014	48	2	R\$ 10.377,23	R\$20.754,46	R\$518.861,50
2015	39	1	R\$ 11.323,99	R\$11323,99	R\$452.959,60
2016	50	4	R\$ 12.550,47	R\$50.201,88	R\$677.725,38
2017	58	0	R\$ 13.180,59	R\$0	R\$764.474,22
2018	31	0	R\$ 13.567,75	R\$0	R\$420.600,25
2019	22	2	R\$ 14.495,64	R\$28.991,28	R\$347.895,36

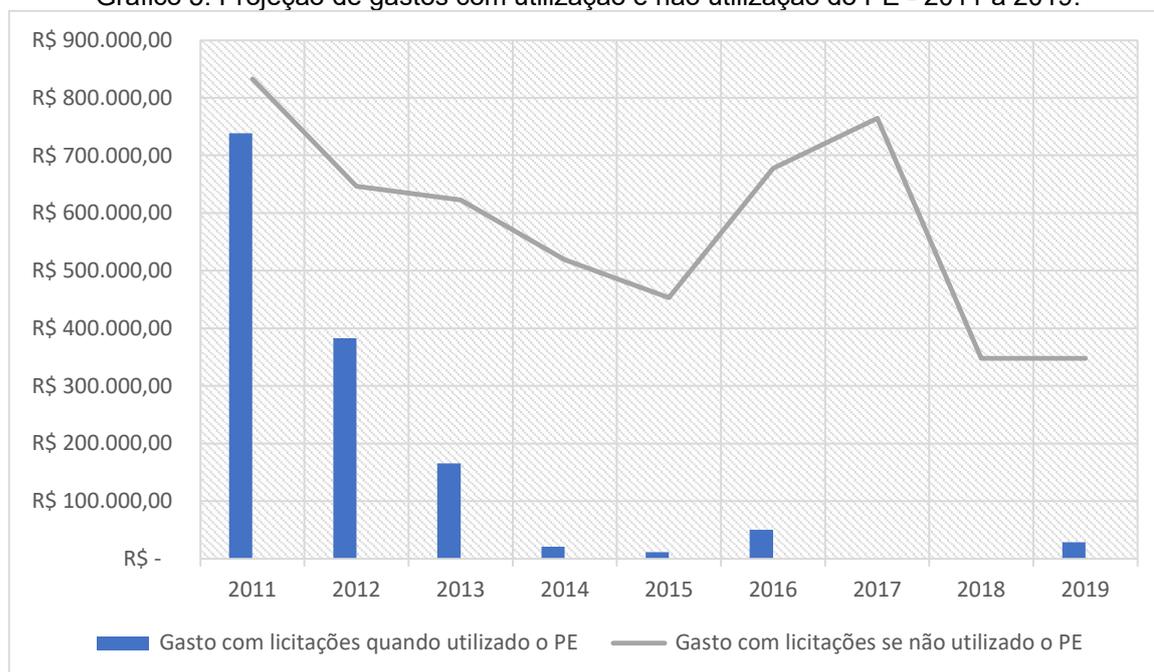
Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise comparativa feita na tabela acima quando visualizada na forma de gráfico fica muito evidente no sentido de que o Pregão Eletrônico contribuiu em muito para a diminuição dos custos nas compras do Cofen. A análise comparativa só pode ser feita com os anos de 2011 a 2019 tendo em vista que nos anos anteriores a 2011 não houve licitações na modalidade de Pregão Eletrônico (PE).

O que se observa é a considerável diferença entre o gasto com licitações desconsiderando a aplicação da modalidade PE. Em 2011 essa diferença não se mostra tão grande tendo em vista que naquele ano apenas 11,35% dos 97 processos licitatórios realizados pelo Cofen foram na modalidade PE. No ano de 2012, o PE foi utilizado em 41% dos procedimentos licitatórios, sendo seu uso aumentado significativamente nos anos seguintes:

- 2013 → 73,5%
- 2014 → 96%
- 2015 → 97,5%
- 2016 → 92,6%
- 2017 e 2018 → 100%
- 2019 → 91,7%

Gráfico 5: Projeção de gastos com utilização e não utilização do PE - 2011 a 2019.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Relatório Técnico nº 12 (2007) e Cofen (2022).

É preciso registrar que no ano de 2019 o uso do PE só não foi em 100%, porque foram realizados 2 concursos públicos que, claramente não pode ser feito por essa modalidade de licitação.

De forma que se analisado apenas o ano de 2017, onde se apresenta a maior diferença de custos projetados, esse valor soma o montante de R\$ 750.906,47, haja vista que o Cofen não tem nenhum gasto com o PE em si, já que tudo é eletrônico e feito por funcionários que recebem seus salários mensais e nenhuma diferença a mais para organizarem os PEs.

No âmbito geral tem-se que de 2007 a 2019 o Cofen realizou em média 42 processos licitatórios por ano, com pico em 2011, onde foram realizadas 97 licitações. Nestes anos os gastos reais realizados pelo Cofen ultrapassaram a média da

projeção, com destaque novamente para 2017 e 2018 que alcançou a diferença de 100% a menos no valor efetivamente gasto com o projetado, ou seja, se não tivessem adotado o PE.

Foi, portanto, com a utilização do Pregão Eletrônico, que o Cofen reduziu seus custos nos processos de compras públicas e conseguiu ainda ter maior celeridade na conclusão de suas licitações. Sendo, contudo, necessários alguns ajustes, como já mencionado, no sentido, principalmente de melhor planejar os processos licitatórios visando minimizar as falhas nos editais, para que não seja necessário proceder o cancelamento dos pregões.

Isto porque o bom planejamento das compras pode afastar diversos vícios do processo, devendo, portanto, ser usada de estratégias a fim de que estas possam atender ao princípio da economicidade e ainda ser integralmente lícita como prevê a Lei.

Assim dentro de todo o explanado até aqui, pode-se afirmar que o Pregão Eletrônico se constitui em uma concreta aplicação do princípio constitucional da eficiência, com a agilização e simplificação do certame licitatório, tendo em vista a inversão de fases que lhe propicia maior e mais efetiva funcionalidade. Além do que, na medida em que faculta, a todos os participantes a oportunidade de ver examinada e discutida a sua proposta, sem as barreiras preliminares e longas da habilitação (MELO et al, 2020).

Observou-se, ainda, que o Pregão Eletrônico se coaduna perfeitamente com o princípio da economicidade, vez que viabiliza resultados satisfatórios, com uma redução significativa dos valores das ofertas, além de conferir maior agilidade às contratações que seguem rito menos burocráticos. Portanto, sabendo-se que a celeridade e a economicidade andam juntas, pode-se defender a premissa de que quanto maior celeridade no processo licitatório maior a economia processual e consequentemente maior a eficiência do certame. O resultado, são ganhos para a Administração, colaborando ainda para o desenvolvimento nacional, por meio do fomento adequado da Economia (MELO et al, 2020).

É nesse contexto que tem trabalhado o Cofen nas tomadas de decisões, visando a ação mais eficiente e sustentável para a autarquia.

CAPÍTULO V – COMPARATIVO DOS RESULTADOS DO COFEN E UNB

O objeto de estudo nesta pesquisa de Mestrado em Economia foi o COFEN. Apesar dos nossos resultados evidenciarem a eficiência do sistema de pregões para a autarquia, surge imediatamente uma dúvida: será que os mesmos resultados se repetem em outras instituições públicas ou eles são exclusivos para uma autarquia com especificidades administrativas próprias? Para responder a essa pergunta, ao menos parcialmente, analisamos duas outras dissertações de Mestrado em Economia que analisam o mesmo tema para a realidade de um outro objeto de estudo: a Universidade de Brasília (UnB).

De acordo com os dados da tabela 12, pode-se verificar que no Cofen a modalidade pregão (eletrônico e presencial) foi a mais utilizada no período de 2006 a 2019, com o percentual de 90,16%, seguida da modalidade de concorrência com 7,73%. Na UnB a modalidade de dispensa foi a mais utilizada, com percentual de 90,49%, seguida da modalidade pregão com percentual de 4,01%.

Tabela 12 – Número de processos de compras – 2006-2019

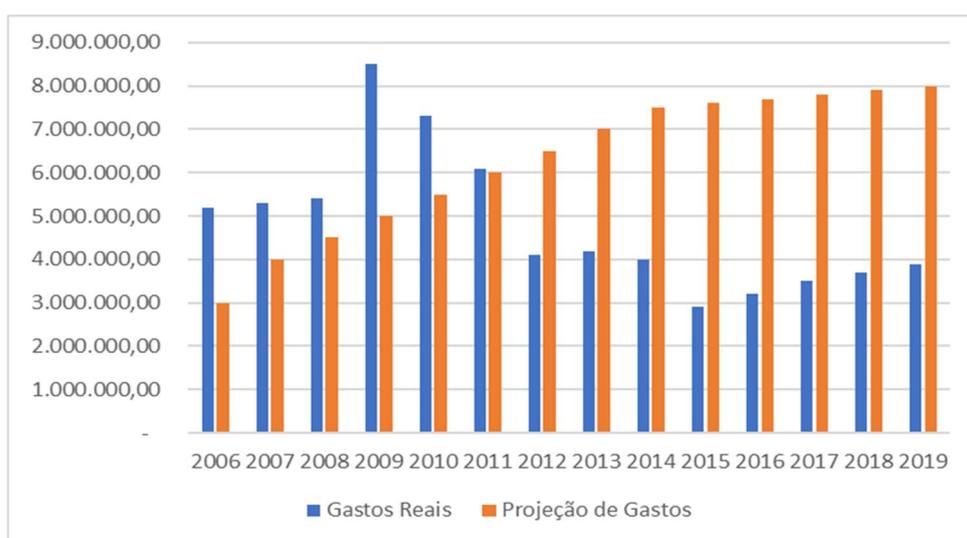
MODALIDADE	COFEN		UNB	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
CONVITE	5	0,88	362	1,12
TOMADA DE PREÇOS	7	1,23	91	0,28
CONCORRÊNCIA	44	7,73	96	0,30
PREGÃO	513	90,16	1296	4,01
RDC	0	0	40	0,12
DISPENSA	0	0	29262	90,49
INEXIGIBILIDADE	0	0	1189	3,68
TOTAL	569	100	32336	100

Fonte: Cofen; Cavedo (2020). Elaborada pelo autor

De acordo com o gráfico 06, pode-se verificar que as maiores variações de valores reais e projetados, nas compras públicas da UnB foram nos anos de 2009 e

2019. No ano de 2009 os gastos reais representaram um montante em torno de R\$ 8,5 milhões de reais e os gastos projetados em torno de R\$ 5 milhões de reais. A partir de 2009 a UnB deu ênfase na utilização do pregão eletrônico ao fazer suas compras públicas, o que gerou um distanciamento entre os preços de gastos reais e preços projetados sem a utilização dessa modalidade. No ano de 2019 pode-se constatar que os gastos reais ficaram em torno de R\$ 4 milhões de reais e os gastos projetados em torno de R\$ 8 milhões de reais.

Gráfico 06 – Gastos reais e projeção de gastos – UNB – 2006 a 2019.



Fonte: Cavado (2020). Elaborado pelo autor

Ao analisar o gráfico 5, que demonstrou os valores dos gastos reais e projetados do Cofen, verificou-se que o Cofen teve valores de gastos reais no ano de 2011, em torno de R\$ 750 mil reais e gastos projetados no valor de R\$ 850 mil reais. A partir de 2013 o Cofen passou a utilizar o pregão eletrônico como principal modalidade de licitação e em consequência dessa mudança nos certames, os valores de gastos reais e projetados aumentaram significativamente nos anos seguintes. Pode-se destacar o ano de 2017, sem gastos reais e gastos projetados em torno de R\$ 750 mil reais.

Diante do exposto, constata-se que a utilização do pregão eletrônico, tanto no Cofen, quanto na UnB, foi benéfica, gerando resultados positivos no que tange a redução de custos dos seus processos de compras públicas.

CONCLUSÃO

Uma das áreas mais importantes e sensíveis da Administração Pública é a das compras públicas. Além de seu valor estratégico, o processo de compras públicas mobiliza e influencia toda a organização e o ciclo socioeconômico, haja vista a magnitude do poder de compra do Estado.

Atualmente, pela percepção do seu caráter complexo e estratégico, a gestão das compras públicas é tema cada vez mais presente e importante nas discussões de temas ligados à Administração Pública. De forma que compreender esse tema muda toda a perspectiva de que as compras públicas sejam apenas simples procedimentos administrativos e operacionais, para perceber que é questão sim de pura logística estratégica na busca pela eficiência.

Nesse sentido, a literatura mostra que historicamente os governos vem tentando controlar os gastos públicos. A partir dos anos 80, a economia entrou em recessão, o que levou o governo a aumentar sua eficiência nos controles de seus gastos procurando reduzir os custos. Em 1986, o governo criou a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda e implantou o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), o que significou em uma verdadeira revolução nas finanças públicas do Brasil levando o país a ser referência internacional no controle informatizado dos gastos.

Em 2005, com a publicação do Decreto nº 5.450, foi instituída a modalidade de compras por Pregão Eletrônico, que representou grande avanço nos processos de compras públicas, que passaram a ser realizados de forma virtual, para as aquisições de bens e serviços comuns, de forma mais rápida e com maior número de fornecedores participantes, o que possibilitou o aumento da concorrência e da transparência além da diminuição de custos totais como evidenciado por esta pesquisa.

Nesse contexto, o presente estudo teve como foco a análise econômica da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico no Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), no sentido de verificar se ela está sendo bem aplicada e os benefícios de sua utilização na busca pela eficiência da autarquia.

Verificou-se que o Pregão Eletrônico começou a ser utilizado pelo Cofen no ano de 2011 e que no período de 2012 a 2018 ele foi a modalidade de licitação mais utilizada pelo Cofen, com média de economia de 59,01%, seguido pelo pregão presencial com média de economia de 19,10% e, por último, pela modalidade de inexigibilidade com média de economia de 13,30%.

A economia obtida pelo Cofen com o uso do PE em suas compras públicas foi muito relevante o que pode ser comprovado por meio da análise e avaliação de cerca de 623 processos (conf. apêndice) de compras e contratações, dentre todas as modalidades de licitação e dispensa de licitação, entre o período de 2007 a 2020. Destaca-se o fato de que desde 2017 o Pregão Eletrônico tem sido a única forma de licitação utilizada para compras, ressalvando os 2 concursos realizados em 2019 pela autarquia, pontuando a preocupação do Cofen no uso de novas tecnologias na busca de economicidade e transparência.

No caso da UNB, verificou que as maiores variações dos gastos reais e dos gastos projetados se deram nos anos de 2009 e 2019. No ano de 2009 os gastos reais nos processos de compras foram em torno de R\$ 8,5 milhões, e gastos projetados em torno de R\$ 5 milhões de reais. A partir desse resultado a UNB passou a utilizar com maior ênfase a modalidade de pregão eletrônico nos seus processos de compras e em 2019 obteve um resultado satisfatório, com gastos projetado em torno de 8 milhões de reais e gastos reais em torno de R\$ 4 milhões de reais.

Assim restou comprovado que o uso do Pregão Eletrônico pelo Cofen trouxe benefícios a essa autarquia ao fazer suas compras públicas, dos quais podem-se citar: a agilidade procedimental; o aumento da concorrência; a transparência do processo e; a diminuição dos custos totais com a realização do certame.

De forma geral, os resultados obtidos indicaram que a utilização do Pregão Eletrônico está sendo utilizada adequadamente e que é vantajosa para o Cofen, pois conforme demonstrado no desenvolvimento deste estudo, os valores e percentuais de compras foram satisfatórios se considerado o fato que o Cofen tem escassos recursos para atender as suas demandas internas e externas: Conselhos Regionais de Enfermagem (Corens), sindicatos de Enfermagem, associações de Enfermagem, profissionais da classe e demais entidades ligadas a Enfermagem.

Evidente que alguns pontos, também apontados nesse estudo, precisam ser aprimorados como o melhor planejamento do evento para evitar falhas procedimentais que venham a cancelar ou anular o certame causando diversos prejuízos. Tais melhoras no planejamento estratégico servirão para que as compras públicas do Cofen alcancem todo seu potencial como política pública e que sua prestação de contas seja cada vez mais transparente e alcance o *accountability*.

Após este estudo, pode-se afirmar que o Cofen obteve ganho concreto de economicidade em suas compras e que está engendrado no objetivo de que sua gestão prime pela sustentabilidade econômica afim de cumprir sua função enquanto entidade fiscalizatória e regulamentadora da classe ligada à Enfermagem no Brasil.

Por fim, como proposta para futuras pesquisas, os resultados obtidos nesse estudo abrem caminho para que novas reflexões sejam realizadas, podendo ser analisados tanto a percepção de gestores públicos como de fornecedores que participam de pregões eletrônicos visando o aprimoramento da ferramenta que já é positiva, de forma que seja possível aprofundar o entendimento sobre as motivações das empresas concorrentes, etapas do processo licitatório e demais benefícios auferidos por ambas as partes envolvidas.

REFERÊNCIAS

ALBIERO, Helton Jaques; SILVA, Marcelo Rodrigues da. Economicidade, eficiência e transparência nas compras públicas via pregão eletrônico: estudo de caso dos pregões eletrônicos 42/2012 e 32/2013 realizados pelo IFPR - Campus Assis Chateaubriand. **ForScience**: Revista Científica do IFMG, v. 6, n. 1. Formiga, jan. /jun. 2018.

BARBOSA, Alexandre A. de M. **Sistema de registro de preços permanente com o registro de interesse de demanda**: o avanço nos procedimentos licitatórios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3166/1/ARTIGO%20COMPRAS%20P%C3%94BLICAS%20INTELIGENTES.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BARROS, Gabriel Amilton Bezerra. Os dois circuitos da economia urbana no arranjo produtivo de confecções em Nova Friburgo-RJ. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, ano X, n. 22, Rio de Janeiro: Espaço e Economia, 2021.

BATISTA, André Ricardo Ribeiro. O pregão como ferramenta logística no processo de aquisição da Administração Pública Brasileira. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 1, p. 1736-1745. Curitiba, jan. 2019. Disponível em: <<http://www.brjd.com.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 2 fev. 2022.

_____. Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. **Licitações com contratação realizada**. 2021d. Disponível em: <<https://www.portaltransparencia.gov.br/licitacoes?ano=2021>>. Acesso em: 2 fev. 2022.

_____. **Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005**. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm>. Acesso em: 18 mar. 2022.

_____. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Educação. **Introdução à Gestão Pública**. Curitiba: SE/PR, 2021. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_em_foco/gestao_publica_unidade1.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2022.

_____. **Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011**. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12462.htm>. Acesso em: 2 fev. 2022.

_____. **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.** Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm>. Acesso em: 2 fev. 2022.

_____. **Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.** Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm>. Acesso em: 2 fev. 2022.

_____. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021c.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm>. Acesso em: 2 fev. 2022.

_____. **Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973.** Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5905.htm>. Acesso em: 2 fev. 2022.

_____. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 2 fev. 2022.

_____. Ministério da Economia. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Brasil na OCDE: Compras Públicas.** Brasília: Ipea/Cepal – Nações Unidas, 2021b.

_____. Ministério da Economia. Tesouro Nacional. **História.** Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/siafi/conheca/historia>>. Acesso em: 2 fev. 2022.

CABELLO, Andrea; ALVES, Joelder. Custos invisíveis - conflitos de interesses e o não registro de juros, multas e atualizações monetárias: o caso da Universidade de Brasília. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 1, p. 213-228. Brasília: UnB., 2017.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 34. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

CAVEDO, Thiago da Silva. **Eficiência na gestão universitária:** contribuições do sistema de compras na Universidade de Brasília. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (FACE) da Universidade de Brasília (UnB). Brasília: UnB, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/39420/1/2020_ThiagodaSilvaCavedo.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2022.

CHILIATTO LEITE, Marcos Vinicius (Org.). **Alternativas para o desenvolvimento brasileiro.** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Brasília: ONU, 2019. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44616/1/S1900253_pt.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2021.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **O Cofen**. 2022. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/o-cofen>>. Acesso em: 2 mar. 2022.

COMISSÃO EUROPEIA. Directiva nº 7/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de fevereiro de 2011, relativa aos contratos públicos. **Jornal Oficial da União Europeia**. Bruxelas, 23/02/2011. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:048:0001:0010:pt:PDF>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Cofen Institucional: Licitações**. 2022. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/categoria/licitacoes>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

COOTER, Robert D.; ULEN, Thomas. **Law and Economics**. 6. ed. Boston: Pearson, 2012.

COSTA, Caio César de Medeiros; PAIM TERRA, Antônio Carlos. **Compras públicas: para além da economicidade**. Brasília: Enap, 2019.

DEZOLT, Ana Lúcia; TACHLIAN, Edwin; SANTOS, Marília de Souza; HARPER, Leslie; BARBOSA, Gilberto Porto. **Compras públicas estaduais - Boas práticas brasileiras**. Conselho Nacional de Secretários de Estados da Administração (CONSAD). Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.consad.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Livro-Boas-praticas-de-compras-publicas-v-final-15.07.2016.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

DIMITRI, Nicola. “Best value for money” in procurement. **Journal of Public Procurement**, v. 3, n. 2, p. 149-175. England, 2013. Disponível em: <http://ippa.org/images/JOPP/vol13/issue2/Article_1.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.

DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO DO COFEN. **Relatório nº 004/2020 - Demonstração Contábil do Conselho Fiscal de Enfermagem referente ao quarto trimestre de 2020**. Disponível em: <<http://ouvidoria.cofen.gov.br/cofen/transparencia/50797/download/PDF>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

ENFERMAGEM EM NÚMEROS - COFEN. **Inscrições ativas**. 2022. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/enfermagem-em-numeros>>. Acesso em: 2 mar. 2022.

FENILI, Renato. **Boas práticas administrativas em compras e contratações públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

FERRER, Florencia. **Compras Públicas Brasil**. 1. ed. São Paulo: Método, 2015.

FERREIRA, Tiago Olímpio. **Pregão eletrônico e negociação: fatores determinantes na busca do menor preço**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (FACE) da Universidade de Brasília (UnB). Brasília: UnB, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/38209>>. Acesso em 9 set. 2022.

GIANTURCO, Adriano. **A Ciência da Política: Uma Introdução**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

GONÇALVES, Augusto César Silva. **Governança das aquisições na administração pública federal**: um estudo exploratório sobre a comissão de apoio técnico contábil para fins licitatórios na UFRN. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/27515>>. Acesso em: 6 fev. 2022.

GURGEL, Claudio; JUSTEN, Agatha. Estado de bem-estar social no Brasil: uma revisão ou a crise e o fim do “espírito de Dunquerque”. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, n. 3, p. 395-407, Rio de Janeiro/RJ, 2021.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Matrioska Editora, 2020.

LOPES, Virgínia Bracarense. **Central de Compras e Contratações**. Brasília: Enap, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2726/1/Central%20de%20Compras%20e%20Contrata%3%a7%3%b5es%20do%20Governo%20Federal.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

LUIZ, Luciene de Fátima. **Compras públicas compartilhadas**: uma alternativa para as limitações do setor público nas compras sustentáveis. Monografia (Bacharel em Administração Pública). Universidade Federal de Lavras. Lavras/MG: UFL, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/39861>>. Acesso em: 6 fev. 2022.

MADEIRA, Raíssa Chaves Salgado. **Vantagens e desvantagens da realização preferencial de licitações sob a forma eletrônica**: análise a partir da mudança do marco legal propiciada pela Lei nº 14.133/2021. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Ouro Preto. Minas Gerais: UFOP, 2022.

MARTINS, Ederluiz; OLIVEIRA, Gabriella Carlos; SOUZA, Ricardo Lorrane Azevedo; SANTOS, Ciro Meneses; SOUZA, Marcio Coutinho de; VIEIRA, Naldeir dos Santos. O pregão eletrônico como instrumento para a garantia do princípio da eficiência na administração pública brasileira. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, 2021.

MELO, Juliana Melissa Lucas Vilela e; MARTINS, Adriana Martinelli; BULAWSKI, Cláudio Maldaner. As Vantagens e Desvantagens do Pregão Eletrônico na Administração Pública. **Rev. Eletr. Âmbito Jurídico**. 01 set. 2020. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/as-vantagens-e-desvantagens-do-pregao-eletronico-na-administracao-publica/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

NEIVA, Maria de Jesus Lopes Mousinho; NUNES, Benevina Maria Vilar Teixeira; GONÇALVES, Lucyanna Campos. Reflexões sobre a trajetória do Conselho

Regional de Enfermagem do Piauí. **Rev. Enferm. Foco**, v. 4, n. 3-4, p. 184-186, 2019.

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PAIM TERRA, Antônio Carlos. **Compras públicas inteligentes**: uma proposta para a melhoria da gestão das compras governamentais. São Paulo: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2018. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3166>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

PEDROSA, Pedro Torres de Melo; BALBINO, Ricardo Alves; SALLES, Ronaldo de; SILVA, Davson Mansur Irffi. Benefícios e desafios na prática do pregão eletrônico. **Revista Relações Sociais - REVES**, v. 4, n. 4, Minas Gerais, 2021.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC/SP). **Enciclopédia Jurídica**. Tomo Direito Administrativo e Constitucional. Verbete: Princípio da Eficiência. 3. ed. São Paulo: PUC, 2020.

RELATÓRIO TÉCNICO Nº 12. **Mapeamento e Análise dos Custos Operacionais dos Processos de Contratação do Governo Federal**. Contrato nº 06/47-2825. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: <<https://groups.google.com/group/nelca/attach/384e45db63a7e8/RT%2012%20-%20Levantamento%20de%20custos%20-%20consolida%C3%A7%C3%A3o%20de%20todos%20os%20%C3%B3rg%C3%A3os.pdf?part=0.1>>. Acesso em: 2 mar. 2022.

RIBEIRO, Cássio Garcia; INÁCIO JÚNIOR, Edmundo. **O mercado de compras governamentais brasileiro (2006-2017)**: mensuração e análise. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9315/1/td_2476.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

SANTOS, Felipe Vilaça Loureiro. **Centralização de compras públicas**: a experiência da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Dissertação (Mestrado em Governança e Desenvolvimento) - Escola Nacional de Administração Pública. Brasília: Enap, 2019.

SILVA, Bruno Cezar; CONFESSOR, Kliver Lamarthine Alves. **Administração pública**: desafios e perspectivas da gestão pública pós pandemia. Guarujá/SP: Científica Digital, 2021.

SILVA, Davson Mansur Irffi; PEDROSA, Pedro Torres de Melo; BALBINO, Ricardo Alves; SALLES, Ronaldo de. Benefícios e desafios na prática do pregão eletrônico. **Revista Relações Sociais (REVES)**, v. 4, n. 4, 2021.

SILVA, Marco Aurélio Souza da. **A judicialização predatória das políticas públicas de assistência farmacêutica e a public choice theory (teoria da escolha pública)**. Tese (Doutorado em Direito) - Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/227224/PDPC1529-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acesso em: 2 fev. 2022.

SOBRAL, Patrícia Verônica Nunes Carvalho; SILVA NETO, Romeu da. O Pregão Eletrônico Como Ferramenta de Eficiência na Gestão Pública. **International Journal of Professional Business Review**, v. 5, n. 1, p. 60-71, 2020. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/59230/o-pregao-eletronico-como-ferramenta-de-eficiencia-na-gestao-publica--/i/pt-br>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

STELZER, Joana; CHAVES, Daniel Rocha. O princípio da eficiência econômico-social: uma proposta de vetor do free trade ao fair trade. **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 2, n. 2, p. 89-106, jul./dez., Curitiba, 2017.

TEIXEIRA, Helio Janny; PRADO FILHO, Luiz Patrício; NASCIMENTO, Fernando. **Concentração de compras e melhoria da qualidade do gasto público no Brasil**. São Paulo: Fundação Instituto de Administração (FIA), 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Licitações e contratos**: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Plano de Controle Externo do Tribunal de Contas da União**. Brasília: TCU, 2013. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/1F/D5/FE/05/7FA1F6107AD96FE6F18818A8/Plano_controle_externo_TCU_abril_2015_marco_2017.PDF>. Acesso em: 15 fev. 2022.

TRINDADE, Leandro Lopes. **Análise da Eficiência dos Processos de Compras Públicas**: Um Estudo de Caso na Universidade Federal de Itajubá. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá. Itajubá: UFI, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/handle/123456789/440>>. Acesso em: 6 fev. 2022.

TULLOCK, Gordon; Seldon, Arthur; BRADY, Gordon L. **Government failure**. Washington, DC: Cato Institute, 2002.

UEA. United States General Accounting Office. **The Buy American Act**. Estados Unidos da América, 1978. Disponível em: <<https://www.gao.gov/products/105519>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

ZAMBONI, Sabrina Alves; SCORVO, Sabrina Borges de Abreu. O pregão eletrônico utilizado para as aquisições de materiais e contratações de serviços para a construção civil: realização por fundação de apoio. **Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva**, 2015. Disponível em: <<https://revistas.newtonpaiva.br/redcunp/dir-25-03-o-pregao-eletronico-utilizado-para-as-aquisicoes-de-materiais-e-contratacoes-de-servicos-para-a-construcao-civil-realizacao-por-fundacao-de-apoio/>>. Acesso em: 4 dez. 2021.

APÊNDICE – BASE DE DADOS

Demonstração das licitações realizadas pelo Cofen ano de 2010:

Ano	Modalidade/nº do certame	Objeto	Vr. Estimado	Vr. Adjudicado	Vr. Economia
2010	Pregão presencial nº. 7/2010	enfermagem em atenção à saúde goiás".		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 2/2010	locação equip. circuito fechado tv /ponto		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 3/2010	aquisição material escritório e informática.		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 4/2010	serviços engenharia		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 5/2010	manutenção máquinas multifuncionais do Cofen.		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 1/2010	serviço reforma estruturais		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 8/2010	serviço telefônico fixo comutado.		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 9/2010	serviços monitoramento matérias em jornais e revistas circulação nacional.		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 10/2010	material copa e cozinha		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 11/2010	mesa em "u" para o plenário-Cofen		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial Nº. 13/2010	prestação serviços tele-atendimento.		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 12/2010	mobiliário e coffee break para realização três (3) cursos		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial Nº. 14/2010	confeção e fornecimento selos autenticada.		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial Nº. 17/2010	montagem unida móvel estilo motorhome.		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 18/2010	serviços transporte passageiros.		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 19/2010	confeção materiais gráficos para o 13º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 20/2010	material promocional para o 13º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 21/2010	serviços vigilância e segurança armada 13º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 22/2010	serviços brigada incêndio -13º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 24/2010	montagem e smontagem estans, 13º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 27/2010	aquisição (1.200) pastas arquivo.		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 30/2010	prestação serviços auditoria externa.		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 28/2010	manutenção aparelhos ar condicionado-Cofen		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 29/2010	aquisição materiais expediente.		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 26/2010	serviços gráficos- cartões visita -Cofen		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 23/2010	pares fórmica e divisórias blinx -Cofen		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 31/2010	serviços vigilância e segurança armada 24hs Cofen.		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 33/2010	água mineral em galões vinte (20) litros		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 32/2010	suprimentos, materiais informática e apar. comunicação.		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 35/2010	aquisição (50.000) sacos plásticos incolor		(Valores não disponibilizados)	
2010	Pregão presencial nº. 36/2010	água mineral em galões vinte (20) litros-Cofen		(Valores não disponibilizados)	

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponibilizados no sítio eletrônico do Comprasnet.

Demonstração das licitações realizadas pelo Cofen ano de 2011:

Ano	Modalidade/nº do certame	Objeto	Vr. Estimado	Vr. Adjudicado	Vr. Economia
2011	esclarecimento nº. 1/2011	serviços gráficos - certificados		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 3/2011	1.000 pastas processo econômico financeiro (PEF)		(Valores não disponibilizados)	
2011	replicação	fornecimento serviço coffee break.		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 4/2011	serviços vigilância patrimonial -RJ		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 5/2011	aquisição suprimentos/materiais elétricos.		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 6/2011	serviços engenharia para escritório Cofen RJ.		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 7/2011	aquisição materiais almoxarifado.		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 10/2011	aquisição veículos		(Valores não disponibilizados)	
2011	nº. 1/2011	serviços revisão do plano cargos, carreiras e salários.		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 12/2011	serviços tele-atendimento-CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 11/2011	serviços telecomunicações - sisbacen		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 13/2011	suporte informações do Cofen		(Valores não disponibilizados)	
2011	Concorrência nº. 1/2011	serviços publicida		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão eletrônico nº. 1/2011	aquisição 09 (nove) discos rígidos (hd) 500 gb	1.163,83	819,00	344,83
2011	Pregão presencial nº. 14/2011	aquisição noventa (90) microcomputadores.		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão EletrônicoNº. 2/2011.	serviços gráficos-capas processos e envelopes	13.464,30	4.390,00	9.074,30
2011	Pregão presencial nº. 17/2011	serviços para corrigir problemas no sistema genf		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 20/2011	confeção materiais gráficos- 14º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 21/2011	locação equip. informática - 14º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 24/2011	material promocional para o 14º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 18/2011	serviços vigilância e segurança armada- 14º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 25/2011	agência turismo- 14º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 15/2011	serviços transporte passageiros - 14º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 16/2011	fornecimento mão--obra (locação).		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 19/2011	serviços brigada incêndio-14º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2011	esclarecimento nº. 1/2011	serviço limpeza e conservação, expotra 08/2011		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 26/2011	confeção e fornecimento selos registro.		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 27/2011	serviços limpeza e conservação diária-Cofen		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 28/2011	serviços atividades auxiliares – Cofen.		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 23/2011	serviços transporte tipo ambulância-14º -CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 29/2011	locação stands, estruturas físicas apoio, 14º -CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 30/2011	vale combustível em cartão -Cofen		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 31/2011	serviços seguro automóveis.		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 32/2011	divisória articulada, palco, mesa cátedra e cabine.		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 34/2011	publicação e circulação dos atos oficiais - Cofen		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 33/2011	aquisição veículos.		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 35/2011	aquisição suprimentos informática.		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão presencial nº. 36/2011	vale combustível em cartão eletrônico - combustível.		(Valores não disponibilizados)	
2011	Pregão Eletrônico nº. 3/2011	mini carnos e canetas com a logomarca Cofen	28.140,00	25.799,00	2.341,00
2011	Pregão eletrônico nº. 4/2011	equipamento e software para ponto (rep).	11.940,67	5.680,00	6.260,67
2011	Pregão Eletrônico nº. 5/2011	compra (340) tomadas conf. norma abnt nbr 14136.	3.706,00	2.819,00	887,00

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponibilizados no sítio eletrônico do Compraset.

Demonstração das licitações realizadas pelo Cofen ano de 2012:

Ano	Modalidade/nº do certame	Objeto	Vr. Estimado	Vr. Adjudicado	Vr. Economia
2012	Pregão Eletrônico nº. 1/2012	serviços seguro automóveis.	17.526,72	2.000,00	15.526,72
2012	Pregão eletrônico nº. 2/2012	materiais para abastecer o almoxarifado	3.895,00	2.566,00	1.329,00
2012	Pregão eletrônico nº. 3/2012	serviços teleatendimento - 15º CBCENF	189.181,77	93.999,00	95.182,77
2012	Pregão Eletrônico nº. 4/2012	serviços sistema informática folha pagamento		fracassado	
2012	Pregão presencial nº. 1/2012	serviços evento - posse do novo plenário-Cofen		(Valores não disponibilizados)	
2012	Pregão Eletrônico nº. 5/2012	reparos (ford fusion – 2007 placa dw r 9113 preto	23.541,25	20.000,00	3.541,25
2012	Pregão Eletrônico nº. 6/2012	aquisição suprimentos/materiais informática.	159,50	143,99	15,51
2012	Pregão eletrônico nº. 7/2012	insumos café e açúcar - almoxarifado	1.958,33	964,00	994,33
2012	Pregão eletrônico nº. 10/2012	sistema informática folha pagamento		fracassado	
2012	Pregão Eletrônico nº. 9/2012	serviços brigada incêndio.			
2012	Pregão eletrônico nº. 8/2012	aquisição licença software autosk autocad 2012.	22.340,00	22.338,00	2,00
2012	Pregão Eletrônico nº. 12/2012	serviços manutenção dos veículos - Cofen	6.440,00	5.500,00	940,00
2012	Pregão presencial nº. 2/2012	agência turismo- 15º CBCENF.		(Valores não disponibilizados)	
2012	Pregão eletrônico Nº. 13/2012	material promocional para 15º CBCENF	7.304,66	3.494,98	3.809,68
2012	Pregão presencial nº. 3/2012	serviços vigilância e segurança armada 15º CBCENF.		(Valores não disponibilizados)	
2012	Pregão presencial nº. 4/2012	serviços transporte passageiros-15º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2012	1/2012	Serviços assessoria eventos		(Valores não disponibilizados)	
2012	Pregão presencial nº. 5/2012	serviço limpeza e conservação diária-15º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2012	Pregão presencial nº. 6/2012	serviços transporte tipo ambulância o 15º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2012	Pregão presencial nº. 7/2012	materiais gráficos 15º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2012	Pregão Eletrônico nº. 15/2012	prestação serviços gráficos.	51.665,83	30.070,00	21.595,83
2012	Pregão presencial nº. 8/2012	serviços mão-obra treinada 15º cbcenf.		(Valores não disponibilizados)	
2012	Pregão presencial nº. 9/2012	fornecimento coffee break, coquetel 15º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2012	Pregão presencial nº. 13/2012	serviços vigilância e segurança armada-15º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2012	Pregão presencial nº. 14/2012	serviços transporte passageiros-15º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2012	Pregão presencial nº. 10/2012	locação equipamentos informática -15º CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2012	Pregão presencial nº. 15/2012	serviços brigada incêndio 15º CBCENF.		(Valores não disponibilizados)	
2012	Pregão Eletrônico nº. 14/2012	suprimentos de informática	1.427,96	1.298,00	129,96
2012	Pregão Eletrônico nº. 17/2012	serviço envio mensagens eletrônicas	14.642,50	10.847,00	3.795,50
2012	TOMADA PREÇO nº. 1/2012	empresa especializada para revisar o plano cargos		(Valores não disponibilizados)	
2012	Pregão Eletrônico nº. 16/2012	aquisição 2 (duas) máquinas-câmeras fotográficas e acessó	10.241,00	5.466,99	4.774,01
2012	PREGAO ELETRONICO nº. 18/2012	aquisição apoio/scanso para pés.	8.874,00	4.300,00	4.574,00
2012	PREGAO ELETRONICO nº. 19/2012	confeção pontos re tel. lógica e instal tomadas elétricas.	1.961,00	1.050,00	911,00
2012	PREGAO PRESENCIAL nº. 17/2012	serviços media training -cursos para (3) turmas		(Valores não disponibilizados)	
2012	PREGAO PRESENCIAL nº. 19/2012	agência turismo - para eventos externos		(Valores não disponibilizados)	
2012	PREGÃO PRESENCIA nº. 18/2012	serviços locação ônibus - seminario institucional		(Valores não disponibilizados)	
2012	Pregão Eletrônico nº. 21/2012	bobinas papel -Registro Eletrônico Ponto – REP	807,35	465,00	342,35
2012	Pregão Eletrônico nº. 20/2012	segurança e saúde no trabalho	10.176,67	6.830,00	3.346,67
2012	Pregão Eletrônico nº. 22/2012	fornecimento e montagem/instalação de divisórias e portas	75.507,62	70.935,00	4.572,62
2012	Pregão Eletrônico nº. 23/2012	aquisição equipamentos "dispenser fio ntal"	11.464,96	10.728,00	736,96
2012	Pregão Eletrônico nº. 26/2012	prestação serviços gráficos	256.491,38	93.659,00	162.832,38

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponibilizados no sítio eletrônico do Comprasnet.

Demonstração das licitações realizadas pelo Cofen ano de 2013:

Ano	Modalidade/nº do certame	Objeto	Vr. Estimado	Vr. Adjudicado	Vr. Economia
2013	Pregão eletrônico nº. 1/2013	manutenção extintores e das mangueiras incêndio	1.546,67	1.250,00	296,67
2013	Pregão eletrônico nº. 3/2013	aquisição toner "novo" para impressora lexmark	4.000,43	881,92	3.118,51
2013	Concorrência nº. 1/2013	serviços publicida - agência propaganda		(Valores não disponibilizados)	
2013	Pregão eletrônico nº. 4/2013	aquisição numeradores/carimbos automáticos.	9.700,00	5.000,00	4.700,00
2013	Pregão eletrônico nº. 5/2013	sistema de informática de folha de pagamento	52.331,80	51.000,00	1.331,80
2013	Pregão presencial nº. 1/2013	10.000 kits lanche -Forum 30 horas		(Valores não disponibilizados)	
2013	Pregão Eletrônico nº. 2/2013	aquisição suprimentos/materiais expediente	298,82	192,55	106,27
2013	Pregão eletrônico nº. 7/2013	serviços transporte -servidores e Conselheiros		anulado	
2013	Pregão eletrônico nº. 13/2013	administradora vale combustível em cartão		cancelado	
2013	Pregão Eletrônico nº. 12/2013	fitas segurança para show s no 16º CBCENF		cancelado	
2013	Pregão Eletrônico nº. 14/2013	serviços de impressão (outsourcing)	186.016,00	120.484,80	65.531,20
2013	Pregão Eletrônico nº. 20/2013	prestação transporte tipo ambulância 16º CBCENF	26.513,33	19.800,00	6.713,33
2013	Pregão Eletrônico nº. 15/2013	serviços gráficos para 16º CBCENF	99.169,99	44.300,00	54.869,99
2013	Pregão Eletrônico nº. 23/2013	insumos café e açúcar para o almoxarifado		cancelado	
2013	Pregão Eletrônico nº. 29/2013	empresa administradora vale combustível em cartão		cancelado	
2013	Pregão Eletrônico nº. 24/2013	contratação mão obra 16º CBCENF	73.625,73	47.000,00	26.625,73
2013	Pregão Eletrônico nº. 25/2013	serviços transporte passageiros para o 16º CBCENF	134.973,00	92.310,00	42.663,00
2013	Pregão Eletrônico nº. 26/2013	fornecimento material promocional, 16º CBCENF	80.105,00	39.030,00	41.075,00
2013	Pregão Eletrônico nº. 28/2013	locação equipamentos Comunicação, 16º. CBCENF	255.225,00	39.000,00	216.225,00
2013	Pregão Eletrônico nº. 27/2013	locação equipamentos Informática, 16º CBCENF	138.274,50	80.800,00	57.474,50
2013	Pregão Eletrônico nº. 31/2013	fitas segurança para show s no 16º CBCENF	5.463,20	5.460,00	3,20
2013	Pregão Eletrônico nº. 32/2013	agência turismo-hospedagem - 16º CBCENF	630.321,87	410.000,00	220.321,87
2013	Pregão Eletrônico nº. 33/2013	café e açúcar para almoxarifado	1.493,47	826,64	666,83
2013	Pregão Eletrônico nº. 11/2013	aquisição 01 (uma) cafeteira industrial 10 litros	1.194,00	473,00	721,00
2013	Pregão Eletrônico nº. 22/2013	produção, edição, impressão Informativo -16º CBCENF		cancelado	
2013	Pregão Eletrônico nº. 16/2013	emissão carteiras intida profissional (CIP)	6.072.500,00	4.200.000,00	1.872.500,00
2013	Pregão Eletrônico nº. 36/2013	contratação buffet -jantar seminário administrativo		cancelado	
2013	Pregão Eletrônico nº. 19/2013	empresa especializada para manutenção elevadores	4.400,00	3.299,00	1.101,00
2013	Pregão Eletrônico nº. 9/2013	serviços seguro automóveis	3.602,37	586,00	3.016,37
2013	Pregão Eletrônico nº. 30/2013	aquisição material para reparo na re elétrica	1.568,11	842,90	725,21
2013	Pregão Eletrônico nº. 34/2013	prestação serviços Coffee Break	36.745,43	36.499,99	245,44
2013	Pregão Eletrônico nº. 40/2013	aquisição estabilizadores, luminárias, telefones amplificados	906,88	641,98	264,90
2013	Pregão Eletrônico nº. 41/2013	agente de integração de estagiários, junto às instituições de e	20.056,00	5.299,20	14.756,80
2013	Pregão Eletrônico nº. 45/2013	acesso à internet por meio link dicado	72.900,32	72.000,00	900,32
2013	Pregão Eletrônico nº. 47/2013	serviços hotelaria 2ª sem. Nac. Hist. Enfermagem	206.929,00	69.999,00	136.930,00
2013	Pregão eletrônico nº. 44/2013	serviços agenciamento viagens	124.500,00	-	124.500,00
2013	Pregão Eletrônico nº. 52/2013	manutenção predial corretiva	5.963,33	3.714,00	2.249,33
2013	Pregão Eletrônico nº. 035/2013	recortes diários, durante 12 meses - Jornais	26.712,00	6.200,00	20.512,00
2013	Pregão Eletrônico nº. 39/2013	insumos informática para as impressoras-Cofen	834,50	400,00	434,50
2013	Pregão Eletrônico nº. 46/2013	soluções tecnológicas - colaboração corporativa	89.613,33	67.800,00	21.813,33
2013	Pregão Eletrônico nº. 37/2013	serviço manutenção veículos	36.040,00	20.000,00	16.040,00
2013	Pregão Eletrônico nº. 49/2013	renovação do contrato softw are autocad	3.333,33	2.950,00	383,33
2013	Pregão eletrônico nº. 53/2013	hospedagem web sites (hosting)	58.550,87	19.000,00	39.550,87
2013	Pregão eletrônico nº. 43/2013	aquisição 40 computadores do tipo notebook	209.853,33	200.000,00	9.853,33

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponibilizados no sítio eletrônico do Comprasnet.

Demonstração das licitações realizadas pelo Cofen ano de 2014:

Ano	Modalidade/nº do certame	Objeto	Vr. Estimado	Vr. Adjudicado	Vr. Economia
2014	Pregão eletrônico nº. 1/2014	serviços telefonia fixa comutado	16.703,09	16.703,09	-
2014	Pregão eletrônico nº. 2/2014	fornecimento selos	576.473,33	118.000,00	458.473,33
2014	Pregão eletrônico nº. 3/2014	manutenção preventiva e corretiva da caixa esgoto	21.120,00	21.000,00	120,00
2014	Pregão eletrônico Nº. 4/2014	aquisição 32 (trinta e dois) livros (DTIC)	114,45	107,99	6,46
2014	Pregão eletrônico Nº. 5/2014	solução integrada para processamento e armazenar		cancelado	
2014	Pregão eletrônico nº. 6/2014	serviços seguro, para o prédio Cofen	17.793,47	5.140,00	12.653,47
2014	Pregão eletrônico nº. 8/2014	serviço de locação de uma Central Privada de Com	84.910,67	58.000,00	26.910,67
2014	Pregão eletrônico nº. 10/2014	Organizadora de Eventos do 5º Seminário Institucio	251.086,80	104.000,00	147.086,80
2014	Pregão eletrônico nº. 11/2014	serviços de transporte passageiros 5º Seminário In:	4.292,50	4.098,00	194,50
2014	Pregão eletrônico nº. 21/2014	serviço sistema eletrônico eleitoral via internet	892.666,67	887.000,00	5.666,67
2014	Pregão eletrônico nº. 12/2014	aquisição equipamentos som	1.520,00	1.053,40	466,60
2014	Pregão eletrônico nº. 15/2014	dispenser fio ntal, suporte enxague bucal	30.902,29	20.000,00	10.902,29
2014	Pregão eletrônico nº. 16/2014	serviços de auditoria de informática sistema eleitoral	70.863,59	51.930,00	18.933,59
2014	Pregão eletrônico nº. 18/2014	serviços vidraçaria com material incluso	29.316,67	18.800,00	10.516,67
2014	Pregão eletrônico nº. 19/2014	aquisição baterias recarregáveis para nobreak		cancelado	
2014	Pregão eletrônico nº. 22/2014 SRP	serviços diversos chaveiros	9.437,50	2.734,80	6.702,70
2014	Pregão eletrônico nº. 20/2014 SRP	confeção e fornecimento crachás	8,13	1,75	
2014	Concorrência nº. 1/2014	serviços editoriais para Revista do Cofen		(Valores não disponibilizados)	
2014	Pregão eletrônico nº. 26/2014	Aquisição de 2 (dois) nobreaks	7.519,96	7.510,00	#VALOR!
2014	Pregão eletrônico nº. 27/2014	serviços transporte passageiros para 17º CBCENF	119.380,00	113.700,00	5.680,00
2014	Pregão eletrônico nº. 28/2014	serviços alimentação - 17º CBCENF	74.424,16	44.500,00	29.924,16
2014	Pregão eletrônico nº. 29/2014	material institucional, para o 17º CBCENF	291.880,00	64.199,00	227.681,00
2014	Pregão eletrônico nº. 30/2014	agência turismo- serviços hospedagem 17º CBCENF	812.470,50	479.900,00	332.570,50
2014	Pregão eletrônico nº. 32/2014	confeção materiais gráficos para uso Cofen	68.648,28	31.620,00	37.028,28
2014	Pregão eletrônico nº. 25/2014	suprimentos/materiais copa, higiene e conservação	539,50	200,00	339,50
2014	Pregão eletrônico Nº. 31/2014	serviços na área medicina e segurança do trabalho	32.366,67	22.450,00	9.916,67
2014	Pregão eletrônico nº. 24/2014	serviços Telefonia Móvel Pessoal – SMP	698616,52	455.526,50	243.090,02
2014	Pregão eletrônico nº. 34/2014 SRP	aquisição 8 (oito) livros contábeis		cancelado	
2014	Pregão eletrônico nº. 33/2014	serviço gestão patrimonial (Bens Cofen)	53.333,33	33.100,00	20.233,33
2014	Pregão eletrônico Nº. 35/2014	aquisição e instalação 5 (cinco) equipamentos ar	18.867,62	12.800,00	6.067,62
2014	Pregão eletrônico Nº. 39/2014	serviços hospedagem -Cumbuco/CE-SEMAD	711.708,33	373.899,99	337.808,34
2014	Pregão eletrônico Nº. 40/2014	serviços transporte passageiros para SEMAD-CE	117.753,33	46.999,00	70.754,33
2014	Pregão eletrônico Nº. 43/2014	aquisição material institucional -SEMAD-CE	13.301,25	3.286,00	10.015,25
2014	Pregão eletrônico Nº. 23/2014	manutenção predial preventiva e/ou corretiva	133.564,59	125.088,00	8.476,59
2014	Pregão eletrônico Nº. 38/2014	empresa organizadora eventos - Biblioteca Virtual	7.983,50	5.475,00	2.508,50
2014	Pregão eletrônico Nº. 37/2014	agenciamento Viagens (compra passagens)	157.544,25	-	157.544,25
2014	Pregão eletrônico Nº. 41/2014	aquisição três tapetes nylon torcido	1.090,00	1.020,00	70,00
2014	Pregão eletrônico Nº. 42/2014	aquisição livros físicos - setores jurídicos	159,10	159,10	-
2014	Tomada preços nº. 1/2014	Engenharia, Arquitetura e Mobiliário	247.781,48	161.990,68	85.790,80
2014	Pregão eletrônico Nº. 49/2014	aquisição licença software gestão ponto	10.560,00	9.470,00	1.090,00
2014	Pregão eletrônico nº. 44/2014	serviços manutenção equip. combate a incêndios	1.361,67	1.122,34	239,33
2014	Pregão eletrônico Nº. 36/2014	sistema informática - contábil, orçamentário	268.220,73	72.078,00	196.142,73
2014	Pregão eletrônico nº. 48/2014	insumos café, açúcar e adoçante - almoxarifado	1.452,21	1.109,99	342,22
2014	Pregão eletrônico Nº. 47/2014	fornecimento coffee-break	168.504,28	150.480,00	18.024,28

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponibilizados no sítio eletrônico do Comprasnet.

Demonstração das licitações realizadas pelo Cofen ano de 2015:

Ano	Modalidade/nº do certame	Objeto	Vr. Estimado	Vr. Adjudicado	Vr. Economia
2015	Pregão eletrônico Nº. 2/2015	prestação serviços transporte -5º Sem. Inst. GO	7.830,96	7.490,00	340,96
2015	Pregão eletrônico Nº. 4/2015	aquisição material institucional para o Sem.Ins.-GO	2.988,36	2.458,00	530,36
2015	Pregão eletrônico Nº. 1/2015	aquisição veículos para uso oficial nos Coren-s.	2.048.264,91	2.048.220,00	44,91
2015	Pregão eletrônico Nº. 6/2015	serviços aliment. Hospedagem, etc. 5º Sem. Instituc.	105.128,60	52.700,00	52.428,60
2015	Pregão eletrônico Nº. 3/2015	solução integrada proces. e armazenamento dados	2.642.925,16	2.340.000,00	302.925,16
2015	Pregão eletrônico Nº. 5/2015	Uma (1) câmera profissional com reflex, com AF/AE		anulado	
2015	Pregão eletrônico Nº. 7/2015	aquisição material institucional para o 6º SEMAD	7.397,66	5.290,00	2.107,66
2015	Pregão eletrônico Nº. 9/2015	serviços aliment. Hospedagem, etc. 6º SEMAD	974.228,24	394.000,00	580.228,24
2015	Pregão eletrônico Nº. 8/2015	aquisição materiais copa e escritório	249,07	239,76	9,31
2015	Concorrência Nº. 1/2015	serviços editoração para Revista do Cofen.		(Valores não disponibilizados)	
2015	Pregão eletrônico Nº. 13/2015	locação espaço físico, alimentação-evento Perfil Enf.	101.826,57	45.350,00	56.476,57
2015	Pregão eletrônico nº. 12/2015	serviço publicação e circulação atos oficiais Cofen	128.780,00	104.076,00	24.704,00
2015	Pregão eletrônico nº. 16/2015	adoçante, aspecto físico líquido límpido transparente	845,00	839,68	5,32
2015	Pregão eletrônico nº. 19/2015	serviços aliment. Hospedagem, etc. 18º CBCENF	312.621,00	317.490,17 -	4.869,17
2015	Pregão eletrônico nº. 14/2015	aquisição materiais uso contínuo-almoxarifado	19.740,00	11.785,00	7.955,00
2015	Pregão eletrônico nº. 20/2015	Combustível para veículos Cofen		cancelado	
2015	Pregão eletrônico nº. 21/2015	serviços telefônicos fixos comutados		cancelado	
2015	Pregão eletrônico nº. 26/2015	confecção materiais gráficos	110.461,00	46.090,99	64.370,01
2015	Pregão eletrônico nº. 23/2015	serviços seguro - prédio Cofen - DF	23.959,00	23.500,00	459,00
2015	Pregão eletrônico nº. 22/2015	serviços extração recortes diários oficiais	23.998,00	5.779,92	18.218,08
2015	Pregão eletrônico Nº. 24/2015	serurança armada e sarmada - Cofen DF	995.806,00	875.510,00	120.296,00
2015	Pregão eletrônico Nº. 25/2015	serviços chaveiro e carimbo	11.063,00	6.299,80	4.763,20
2015	Pregão eletrônico Nº. 18/2015	uma lente compatível para câmera fotográfica Cofen	4.103,00	4.100,00	3,00
2015	Pregão eletrônico Nº. 29/2015	locação veículos, com motorista- 18º CBCENF	56.191,00	54.079,00	2.112,00
2015	Pregão eletrônico Nº. 27/2015	manutenção dos aparelhos ar condicionado	110.421,00	64.899,00	45.522,00
2015	Pregão eletrônico nº. 28/2015	Insumos de higienização bucal		cancelado	
2015	Pregão eletrônico nº. 30/2015	serviços hospedagem para 3º Semin. Nac. Enferm.	41.613,00	29.300,00	12.313,00
2015	Pregão eletrônico nº. 31/2015	serviços hospedagem para 3º Semin. Nac. Enferm.	55.512,30	36.000,00	19.512,30
2015	Pregão eletrônico nº. 32/2015	material institucional 3º Semin. Nac. Enferm.	28.272,27	18.600,00	9.672,27
2015	Pregão eletrônico nº. 33/2015	serviços transporte 3º Semin. Nac. Enferm.	20.833,00	10.000,00	10.833,00
2015	Pregão eletrônico nº. 35/2015	serviços aliment. Hospedagem, etc. 7º semin. Fiscal.	784.392,00	646.700,00	137.692,00
2015	Pregão eletrônico nº. 38/2015	serviços aliment. Hospedagem, etc. 471ª ROP - RO	22.418,67	17.000,00	5.418,67
2015	Pregão eletrônico nº. 34/2015	serviços confecção e fornecimento crachá func.	1.240,00	1.236,00	4,00
2015	Pregão eletrônico nº. 36/2015	missão de Carteira de Identidade Profissional	24.297.000,00	15.405.000,00	8.892.000,00
2015	Pregão eletrônico Nº. 39/2015	serviços Auditoria Externa - Coren-RJ	243.866,00	31.599,00	212.267,00
2015	Pregão eletrônico nº. 37/2015	mat. escritório e bobina térmica para relógio ponto	86,45	39,00	47,45
2015	Pregão eletrônico nº. 40/2015	contratação serviço orientação área trabalhista	3.335,00	3.300,00	35,00
2015	Pregão eletrônico nº. 51/2015	aquisição de pentes de memória DDR p/computadores	4.557,61	3.700,00	857,61

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponibilizados no sítio eletrônico do Comprasnet.

Demonstração das licitações realizadas pelo Cofen ano de 2016:

Ano	Modalidade/nº do certame	Objeto	Vr. Estimado	Vr. Adjudicado	Vr. Economia
2016	Pregão eletrônico N.º 4/2016	aquisição material institucional para o 6º seminário institucion:	3.380,00	2.299,50	1.080,50
2016	Pregão eletrônico N.º 5/2016	hosped. Loc. espaço fís. Infraest. e aliment. 6º Sem Inst	159.240,67	127.800,00	31.440,67
2016	Pregão eletrônico N.º 7/2016	transporte passageiros - 6º Seminário Institucional	12.720,00	7.450,00	5.270,00
2016	Pregão eletrônico n.º 6/2016	fornecimento alimentação - para atenn ROP	6.088,50	6.028,08	60,42
2016	Concurso n.º 1/2016	seleção projetos intervenção no território nacional			(Valores não disponibilizados)
2016	Pregão eletrônico n.º 3/2016	comunicação e marketing via correio eletrônico	25.040,00	7.500,00	17.540,00
2016	Pregão eletrônico n.º 9/2016	serviços agente integração estúdios	27.600,00	19.483,20	8.116,80
2016	Pregão eletrônico n.º 10/2016	aquisição materiais copa e escritório	5.770,65	940,00	4.830,65
2016	Pregão eletrônico n.º 8/2016	sistemas sonorização para o Plenário e Auditório	190.760,26	164.588,80	26.171,46
2016	Pregão eletrônico n.º 14/2016	aquisição material institucional para o SEMAD 2016	18.672,00	13.926,00	4.746,00
2016	Pregão eletrônico n.º 20/2016	conservação e higienização nas dependências Cofen	436.746,30	401.499,00	35.247,30
2016	Pregão eletrônico N.º 21/2016	aquisição microcomputador sktop e monitor	5.998,00	3.996,00	2.002,00
2016	Pregão eletrônico N.º 21/2016 SRP	aquisição de computadores	5.360.552,23	4.234.680,00	1.125.872,23
2016	Pregão eletrônico N.º 22/2016	passagens aéreas nacionais e internacionais	5.035.577,50	5.000.000,00	35.577,50
2016	Pregão eletrônico N.º 15/2016	hospedagem, loc. espaço físico, aliment. -SEMAD2016	436.797,75	428.500,00	8.297,75
2016	Pregão eletrônico N.º 18/2016	serviços na área medicina e segurança do trabalho	84.122,17	59.580,00	24.542,17
2016	Pregão eletrônico n.º 13/2016	fornecimento coffee-break	312.267,15	168.049,60	144.217,55
2016	Pregão eletrônico N.º 25/2016	serviços auditoria eleição- via internet	110.310,00	12.000,00	98.310,00
2016	Pregão eletrônico N.º 27/2016	serviços informática - eleições via internet	84.416,13	83.400,00	1.016,13
2016	Pregão eletrônico n.º 24/2016	manutenção preventiva e corretiva -ponto eletrônico	8.205,00	7.350,00	855,00
2016	Pregão eletrônico n.º 30/2016	SERVIÇO MENSAL DE ACESSO A INTERNET DE 5 Mbps	18.858,72	18.858,72	-
2016	Pregão eletrônico n.º 42/2016	hospedagem sites	145.902,24	51.000,00	94.902,24
2016	Pregão eletrônico n.º 36/2016	serviços impressão (outsourcing) - Cofen RJ	24.820,00	24.358,43	461,57
2016	Pregão eletrônico n.º 38/2016	VACINA HUMANA, APRESENTAÇÃO ANTIGRI PAL, AC	20.249,60	20.227,00	22,60
2016	Pregão eletrônico n.º 37/2016	serviços de locação de veículos		cancelado	
2016	Pregão eletrônico n.º 26/2016	"suporte enxague bucal", "dispenser fio ntal"	60.801,96	60.801,96	-
2016	Pregão eletrônico n.º 31/2016	solução segurança re e access point wireless	29.427,68	36.050,00	6.622,32
2016	Pregão eletrônico n.º 40/2016	serviços transporte passageiros -SENAFIS-ES	37.680,00	28.160,00	9.520,00
2016	Pregão eletrônico n.º 41/2016	manutenção predial preventiva e/ou corretiva		cancelado	
2016	Pregão eletrônico N.º 39/2016	aquisição material institucional para o seminário nacional fisc	8.376,67	3.398,50	4.978,17
2016	Pregão eletrônico N.º 44/2016	auditoria externa - Coren MA	260.251,84	95.000,01	165.251,83
2016	Pregão eletrônico N.º 45/2016	hosped. Loc. espaço fís. Infraest. e aliment. SENAFIS ES	562.796,61	370.827,00	191.969,61
2016	Pregão eletrônico n.º 19/2016	aquisição/confecção baniras oficiais Brasil e UF	18.672,00	10.499,60	8.172,40
2016	Pregão eletrônico N.º 33/2016	aquisição e instalação sw itches re, patch, etc	36.149,57	36.149,56	0,01
2016	Pregão eletrônico N.º 34/2016	placa de impressora		cancelado	
2016	Pregão eletrônico N.º 46/2016	locação Central Privada Comutação Telefônica	54.399,30	24.700,00	29.699,30
2016	Pregão eletrônico N.º 53/2016	projetores multimídia com suporte e tela projeção	19.775,50	12.878,76	6.896,74
2016	Pregão eletrônico N.º 51/2016	serviços locação veículos com motorista -Cofen RJ	49.600,00	49.600,00	-
2016	Pregão eletrônico N.º 48/2016	aquisição e instalação projetores multimídia	99.914,39	87.497,49	12.416,90
2016	Pregão eletrônico SRP N.º 43/2016	organização eventos e correlatos	388.121,23	117.500,00	270.621,23
2016	Pregão eletrônico N.º 47/2016	Serviço Telefônico Fixo Comutado		cancelado	
2016	Pregão eletrônico N.º 55/2016	serviço telefônico fixo comutado (stfc)	45.366,33	32.198,46	13.167,87
2016	Pregão eletrônico N.º 32/2016	aquisição 05 (cinco) veículos novos		cancelado	
2016	Pregão eletrônico n.º 52/2016	aquisição painéis para serem usados em exposições	51.732,42	51.520,00	212,42
2016	Pregão eletrônico n.º 54/2016	aquisição de licença de uso perpétuo de software		cancelado	
2016	Pregão eletrônico N.º 56/2016	aquisição materiais restauração e conservação	11.740,82	11.579,92	160,90
2016	Pregão eletrônico n.º 49/2016	seguro contra incêndio (e mais danos) Cofen	15.928,37	9.800,00	6.128,37
2016	Pregão eletrônico SRP N.º 50/2016	mat. copa, escritório, higiene, limpeza, gêneros alim.	934,46	920,00	14,46
2016	Pregão eletrônico N.º 59/2016	aquisição 2 (dois) veículos, zero-quilômetro	170.708,00	170.708,00	-
2016	Concorrência n.º 2/2016	agência propaganda - serviços publicida			(Valores não disponibilizados)
2016	Pregão eletrônico N.º 60/2016	hosped. Loc. espaço fís. Infraest. e aliment. ROP - RR	35.102,33	28.000,00	7.102,33
2016	Pregão eletrônico N.º 61/2016	aquisição mobiliário diverso	16.082,28	9.000,00	7.082,28
2016	Pregão eletrônico N.º 62/2016	licença de uso perpétuo de software de avaliação de imóveis		cancelado	
2016	Pregão eletrônico N.º 58/2016	serviços e chaveiro e carimbo	11.427,50	8.288,00	3.139,50
2016	Pregão eletrônico N.º 64/2016	serviços banda larga, dicado à internet	496.658,00	195.999,92	300.658,08

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponibilizados no sítio eletrônico do Compraset.

Demonstração das licitações realizadas pelo Cofen ano de 2017:

Ano	Modalidade/nº do certame	Objeto	Vr. Estimado	Vr. Adjudicado	Vr. Economia
2017	Pregão eletrônico nº 3/2017	hosped, loc espaço físico, infraest e alim-ROP - MS	34.010,18	15.980,00	18.030,18
2017	Pregão eletrônico Nº. 2/2017	material institucional para o 7º seminário institucional	4.795,00	2.870,00	1.925,00
2017	Pregão eletrônico Nº. 11/2017	material institucional para o 7º sem. Inst.	568.310,49	393.850,00	174.460,49
2017	Pregão eletrônico Nº. 1/2017	material institucional para o 8º Seminário Administ.	9.756,26	6.419,00	3.337,26
2017	Pregão eletrônico nº. 8/2017	hosped, loc espaço físico, infraest e alim 7º Sem Inst	180.677,67	101.434,00	79.243,67
2017	Pregão eletrônico nº. 9/2017	serviços, transporte passageiro - 7º Sem. Inst.	21.000,00	10.199,00	10.801,00
2017	Pregão eletrônico nº. 4/2017	serviços para realização 7º Sem. Instituc.	15.734,00	8.949,00	6.785,00
2017	Pregão eletrônico nº. 6/2017	fornecimento e aplicação (Gesto Vacinal)	20.304,00	9.755,12	10.548,88
2017	Pregão eletrônico nº. 7/2017	material de expediente para almoxarifado	15.750,05	5.900,00	9.850,05
2017	Pregão eletrônico Nº. 10/2017	serviços, transporte passageiro - 8º Sem. Adm.	42.175,00	36.980,00	5.195,00
2017	Pregão eletrônico Nº 13/2017	serviços apoio administrativo e serviços auxiliares	1.498.594,93	1.174.214,52	324.380,41
2017	Pregão eletrônico Nº. 15/2017	seguro automóveis do Cofen	35.236,00	17.500,00	17.736,00
2017	Pregão eletrônico Nº. 16/2017	material promocional com o logotipo do Cofen	34.745,00	25.850,00	8.895,00
2017	Pregão eletrônico Nº. 19/2017	hosped, loc espaço físico, infraest e alim-ROP - RO	39.395,59	17.600,00	21.795,59
2017	Pregão eletrônico SRP nº. 18/2017	material expediente	28.745,67	18.669,00	10.076,67
2017	Pregão eletrônico N.º 20/2017	transporte passageiro- I Conferência Nac Ética Enferm	6.723,00	6.667,00	56,00
2017	Pregão eletrônico nº 22/2017	hosped, loc espaço físico, infraest e alim- I CONEENF	448.625,21	311.800,00	136.825,21
2017	Pregão eletrônico nº 25/2017	material institucional para a I conferência nacional	7.782,95	3.696,30	4.086,65
2017	Pregão eletrônico nº 27/2017	material institucional para o SENAFIS	6.061,00	3.845,60	2.215,40
2017	Pregão eletrônico nº 28/2017	serviços telefone fixo		cancelado	
2017	Pregão eletrônico nº 30/2017	limpeza, conservação e higienização - MUNEAN	119.329,00	88.592,46	30.736,54
2017	Pregão eletrônico nº 23/2017	hosped, loc espaço físico, infraest e alim-SENAFIS	562.796,00	489.457,01	73.338,99
2017	Pregão eletrônico nº 21/2017	hosped, loc espaço físico, infraest e alim-ROP - RS	52.955,00	48.900,00	4.055,00
2017	Pregão eletrônico Nº 24/2017	serviços segurança e monitor. Eletrônico-MUNEAN	61.683,19	53.000,00	8.683,19
2017	Pregão eletrônico Nº. 26/2017	serviços transporte passageiros para SENAFIS	58.605,00	43.800,00	14.805,00
2017	Pregão eletrônico Nº. 33/2017	aquisição refis (velas) para purificadores água	5.048,67	3.598,00	1.450,67
2017	Pregão eletrônico Nº. 34/2017	realização cerimônia inauguração do MUNEAN	33.138,42	18.986,00	14.152,42
2017	Pregão eletrônico nº 31/2017	serviços auditoria eleição via internet,	44.633,00	11.000,00	33.633,00
2017	Pregão eletrônico nº 32/2017	diagramação eletrônica	109.489,32	19.000,00	90.489,32
2017	Pregão eletrônico SRP Nº. 17/2017	Serviços Segurança T.I. (firewal, etc)	1.195.159,86	713.400,00	481.759,86
2017	Pregão eletrônico Nº 38/2017	Telefonia Fixa Comutada / Convencional		cancelado	
2017	Pregão eletrônico nº Nº. 40/2017	serviços controle e prevenção pragas e vetores	44.633,00	1.483,00	43.150,00
2017	Pregão eletrônico Nº. 36/2017	Seguro de Automóveis	22.983,72	5.000,00	17.983,72
2017	Pregão eletrônico Nº 48/2017	locação mão obras - atividades administrativas	525.981,00	434.899,36	91.081,64
2017	Pregão eletrônico nº 46/2017	registro preços para aquisição dispensadores e refis	19.187,45	19.186,00	1,45
2017	Pregão eletrônico nº 49/2017	loc. espaço físico, fornec. Infraest. e aliment. Sem.Milit	234.239,48	95.000,00	139.239,48
2017	Pregão eletrônico Nº. 50/2017	material institucional para o I seminário nacional Mil.	5.408,33	5.242,99	165,34
2017	Pregão eletrônico Nº. 47/2017	manutenção preventiva e corretiva apar. Ar condicion.	25.018,32	17.050,00	7.968,32
2017	Pregão eletrônico-SRP Nº. 43/2017	serviços encarnação Cofen	3.410,00	3.410,00	-
2017	Pregão eletrônico nº 44/2017	água potável, por intermédio de caminhão-pipa		cancelado	
2017	Pregão eletrônico-SRP Nº. 51/2017	contratação serviços encarnação	5.974,50	4.830,00	1.144,50
2017	Pregão eletrônico nº 45/2017	vigilância eletrônica monitorada	31.680,00	13.849,92	17.830,08
2017	Pregão eletrônico nº 54/2017	manutenção predial preventiva e /ou corretiva	192.775,00	221.691,84	- 28.916,84
2017	Pregão eletrônico nº 56/2017	atividades relacionadas com o evento CBCENF	12.952.925,76	5.399.999,00	7.552.926,76
2017	Pregão eletrônico nº 53/2017	fornecimento coffee-break	111.406,63	110.493,00	913,63
2017	Pregão eletrônico nº. 55/2017	aquisição veículos novos	106.444,00	115.000,00	- 8.556,00
2017	Pregão eletrônico nº. 57/2017	Telefonia Móvel Pessoal		cancelado	
2017	Pregão eletrônico nº 60/2017	manutenção e reposição peças veículos Cofen	85.514,17	34.882,98	50.631,19
2017	Pregão eletrônico Nº. 61/2017	serviços impressão (outsourcing) para o Museu	10.408,34	8.280,00	2.128,34
2017	Pregão eletrônico Nº. 62/2017	manutenção preventiva e corretiva 1 (um) elevador	13.952,58	10.800,00	3.152,58
2017	Pregão eletrônico nº. 64/2017	software arquitetura cliente/servidor re TCP/IP	558.866,67	520.000,00	38.866,67

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponibilizados no sítio eletrônico do Compraset.

Demonstração das licitações realizadas pelo Cofen ano de 2018:

Ano	Modalidade/nº do certame	Objeto	Vr. Estimado	Vr. Adjudicado	Vr. Economia
2018	Pregão eletrônico nº. 3/2018	aquisição hardw ares e softw ares com instal. e config.	45.788,00	45.686,47	101,53
2018	Pregão eletrônico nº. 5/2018	treinamento Comportamental e motivacional-Sem Inst	11.417,50	3.460,00	7.957,50
2018	Cotação eletrônica nº. 1/2018	hosped, loc espaço físico, infraest e alim 8º Sem Inst	202.718,90	180.000,00	22.718,90
2018	Pregão eletrônico nº 9/2018	serviços transporte passageiros - 9º SEMAD	13.597,17	12.869,99	727,18
2018	Pregão eletrônico Nº. 11/2018	hosped, loc espaço físico, infraest e alim 9º SEMAD	570.452,40	465.000,00	105.452,40
2018	Pregão eletrônico Nº. 08/2018	material institucional para o 9º Seminário Administrativo	8.151,50	3.398,50	4.753,00
2018	Pregão eletrônico nº 6/2018	água mineral, sem gás, galões 20 (vinte) litros	11.592,00	8.514,00	3.078,00
2018	Pregão eletrônico nº 10/2018	serviços chaveiro e carimbo	7.769,50	5.366,00	2.403,50
2018	Pregão eletrônico – SRP Nº. 7/2018	aquisição material expediente -Cofen RJ	14.456,65	14.407,34	49,31
2018	Pregão eletrônico nº. 16/2018	240 doses Vacina Anti Influenza Tetravalente	16.440,00	10.800,00	5.640,00
2018	Cotação eletrônica nº. 4/2018	serviços, transporte passageiro - 8º Sem. Instituc	11.261,13	9.284,52	1.976,61
2018	Pregão eletrônico Nº. 18/2018	aquisição e instalação equipamentos ar condicionado	128.629,81	120.489,76	8.140,05
2018	Pregão eletrônico nº 12/2018	serviço pericia e elaboração Laudo Avaliação	7.481,00	4.200,00	3.281,00
2018	Pregão eletrônico Nº. 21/2018	serviços transporte rodoviário cargas	82.970,51	59.170,41	23.800,10
2018	Pregão eletrônico nº 23/2018	serviços smontagem, transf. e montage mobiliár.	11.300,48	3.600,00	7.700,48
2018	Pregão eletrônico Nº. 25/2018	material institucional - Seminário Nacional Fiscalização – (Sen	9.383,20	9.340,00	43,20
2018	Cotação eletrônica nº 8/2018	material institucional 9º Seminário Administrativo	8.151,50	3.398,50	4.753,00
2018	Pregão eletrônico nº 29/2018	hosped, loc espaço físico, infraest e aliment. SENAFIS	660.060,20	499.898,00	160.162,20
2018	Pregão eletrônico SRP – nº 27/2018	aquisição material expediente-Cofen RJ	5.200,30	5.200,30	-
2018	Pregão eletrônico Nº. 30/2018	serviços transporte passageiros - SENAFIS	66.347,89	53.000,00	13.347,89
2018	Pregão eletrônico nº 22/2018	aquisição e instalação equipamentos ar condic	8.082,30	8.082,30	-
2018	Pregão eletrônico Nº. 31/2018	aquisição mobiliário - Cofen DF	206.686,92	152.583,62	54.103,30
2018	Cotação eletrônica nº 13/2018	manutenção da Central Telefônica	8.016,00	6.999,96	1.016,04
2018	Cotação eletrônica nº. 14/2018	serviço nuven para uso internet e dados	79.300,76	78.500,01	800,75
2018	Pregão eletrônico nº. 32/2018	fornec. alimentação e bebidas (tipo coffee-break)	208.219,60	169.231,25	38.988,35

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponibilizados no sítio eletrônico do Comprasnet.

Demonstração das licitações realizadas pelo Cofen ano de 2019:

Ano	Modalidade/nº do certame	Objeto	Vr. Estimado	Vr. Adjudicado	Vr. Economia
2019	Pregão eletrônico nº 01/2019	serviços outsourcing impressão	95.209,84	81.671,52	13.538,32
2019	Cotação eletrônica nº. 1/2019	fornecimento chaves, carimbos e material correlato		(Valores não disponibilizados)	
2019	Cotação eletrônica nº. 02/2019	aquisição insumos higiene		(Valores não disponibilizados)	
2019	Pregão eletrônico nº. 5/2019	hosped, loc espaço físico, infraest e aliment. ROP- RN		(Valores não disponibilizados)	
2019	Pregão eletrônico nº. 3/2019	hosped, loc espaço físico, infraest, aliment. 10º SEMAD	478.422,00	340.000,00	138.422,00
2019	Pregão eletrônico nº. 4/2019	serviço transporte passageiro - 10º SEMAD	48.682,37	36.630,25	12.052,12
2019	Pregão eletrônico nº. 6/2019	material institucional para o 10º SEMAD	4.448,40	3.148,20	1.300,20
2019	Pregão eletrônico nº. 8/2019	hosped, loc espaço físico, infraest e aliment. ROP- AL	13.515,48	11.412,00	2.103,48
2019	Cotação eletrônica nº 03/2019	itens relacionados à realização eventos		(Valores não disponibilizados)	
2019	Pregão eletrônico nº. 7/2019	serviço Telefonia Móvel	298.648,80	242.556,00	56.092,80
2019	Pregão eletrônico nº. 14/2019	material promocional personalizado com logomarca	129.500,00	108.975,00	20.525,00
2019	Pregão eletrônico nº. 9/2019	manutenção do sistema coleta esgotos	13.201,03	12.999,00	202,03
2019	Pregão eletrônico SRP nº. 11/2019	serviços auditoria - eleição por internet	46.852,35	33.000,00	13.852,35
2019	Cotação eletrônica nº 4/2019	aquisição purificadores água		(Valores não disponibilizados)	
2019	Cotação eletrônica nº. 5/2019	vacina Influenza Quadrivalente,	20.622,66	16.089,00	4.533,66
2019	trabalhos prêmios fiscalize 2019	seleção trabalhos inscritos a prêmio		(Valores não disponibilizados)	
2019	trabalhos científicos 22º CBCENF.	seleção trabalhos científicos inscr. a prêmio 22 CBCENF		(Valores não disponibilizados)	
2019	Pregão eletrônico nº 13/2019	serviço transporte passageiro - 11º SENAFIS	61.992,46	39.890,00	22.102,46
2019	Pregão eletrônico nº. 17/2019	hosped, loc espaço físico, infraest, aliment. 11º SENAFIS	476.228,00	301.843,63	174.384,37
2019	Pregão eletrônico nº 18/2019	material institucional para o 11º SENAFIS	32.893,92	24.245,34	8.648,58
2019	Cotação eletrônica nº 6/2019	confecção e fornecimento crachá		(Valores não disponibilizados)	
2019	Cotação eletrônica nº 7/2019	300 (trezentos) galões 20l água mineral, sem gás		(Valores não disponibilizados)	
2019	Pregão eletrônico (SRP) nº. 19/2019	serviços informática - eleições via internet	4.597.028,27	4.597.028,27	-
2019	Cotação eletrônica nº. 8/2019	aquisição, sob manda, café e açúcar - almoxarif.		(Valores não disponibilizados)	
2019	Pregão eletrônico nº. 15/2019	serviços tratamento arquivíst. e digital. documentos	687.500,00	252.000,00	435.500,00
2019	Pregão eletrônico nº 21/2019	aquisição papel alcalino formato a3 e a4	30.201,75	20.856,75	9.345,00
2019	Pregão eletrônico nº 22/2019	capacitação brigadistas voluntários	12.022,24	11.980,00	42,24

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponibilizados no sítio eletrônico do Comprasnet.

Compras realizadas no ano de 2018, pelo Cofen, na modalidade de licitação de dispensa:

Nº PROCESSO	Mês/Ano	Discriminação da compra		Valor
724/2017	1/2018	Contratação de empresa para confecção de crachás	R\$	674,00
535/2017	02/2018	Aquisição de materiais de almoxarifado - xícaras timbradas de porcelana	R\$	3.297,00
684/2017	03/2018	Contratação de serviço de manutenção de extintores	R\$	971,00
598/2017	04/2018	Aquisição de escadas e carrinhos de carga para manejo de acervos	R\$	4.610,00
253/2018	05/2018	Contratação de serviços de manutenção de Extintores para o MuNEAN	R\$	668,00
322/2017	06/2018	Aquisição de aparelhos aromatizados de ambiente e suporte dispensador para os produtos de higiene bucal	R\$	26.393,00
562/2018	8/2018	Serviços de orientação na área trabalhista	R\$	2.400,00
924/2016	9/2018	Contratação de serviço especializado de limpeza, conservação e higienização para o Museu Nacional de Enfermagem do Cofen, em Salvador – BA.	R\$	93.400,08
762/2018	11/2018	Contratação de empresa de arquitetura ou profissional arquiteto especializado para execução, assessoramento e consultoria.		R\$ 7.400,00

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados publicados pelo Cofen.

Compras realizadas no ano de 2019, pelo Cofen, na modalidade de licitação de dispensa:

Mês	Nº Processo Adm.	Objeto	Valor R\$
01/2019	1388/2018	Serviços advocatícios para atender processos junto ao TCU	640.000,00
02/2019	1388/2019	Serviços advocatícios para atender processos junto ao STF	450.000,00
03/2019	1351/2018	Cota de Patrocínio - VI Semana da Enfermagem 2019	30.500,00
04/2019	215/2019	Ccota de patrocínio - medalha ordem do mérito tenente-enfermeira virgínia leite	28.000,00
05/2019	371/2019	Solicitação de treinamento externo para dois empregados públicos do Cofen no "14º Congresso Brasileiro de Pregoeiros	8.331,50
06/2019	181/2019	Participação de um empregado público no evento de capacitação "XVII Congresso Internacional de Direito Constitucional"	440,00
07/2019	277/2019	Concessão de patrocínio evento South América Health Exhibition – II FORUM DE GESTÃO DE ENFERMAGEM	53.600,00
08/2019	390/2019	Realização de palestra com o tema: Poder Normativo dos Conselhos de Fiscalização	11.000,00
09/2019	391/2019	Realização de palestra com o tema: "Impactos da Instrução Normativa nº 05/2017 – MPDG nas Licitações e Contratos Públicos: planejamento da contratação, gestão de riscos, formalização, alterações e gestão de contratos", a ser ministrada no dia 10/04/2019.	8.000,00
10/2019	392/2019	Realização de palestra com o tema: "Contratação de serviços terceirizados no âmbito dos Conselhos Profissionais à luz da nova lei de terceirização", a ser ministrada no dia 09/04/2019.	10.000,00
11/2019	412/2019	Participação de um empregado público no evento de capacitação Curso completo de Licitação e Contratos para formações de gestores nas Contratações Públicas	2.590,00
12/2019	276/2019	II Congresso internacional da REBRAENSP	10.000,00
13/2019	305/2019	Participação de uma empregada pública no evento de capacitação Redação com foco na elaboração de documentos oficiais	1.990,00
14/2019	305/2019	evento de capacitação Redação com foco na elaboração de documentos oficiais	1.990,00
15/2019	495/2019	Treinamento externo para empregados públicos	12.234,00
16/2019	1031/2018	Patrocínio 6ª jornada internacional de enfermagem	20.000,00
17/2019	282/2019	Patrocínio para o INTERFORENSICS – Conferência Internacional de Ciências Forenses	58.000,00
18/2019	538/2019	Participação de dois empregados públicos no evento de	5.180,00

		capacitação Curso de Retenções de Tributos na Administração Pública e Novas Declarações Obrigatórias a partir de 2020: SPED; E-social, EFD-REINF E DCTFWEB	
19/2019	367/2019	Concessão de patrocínio para realização do I Simpósio Internacional de Assistência, Ensino e Pesquisa em Obstetrícia - SIAEPO	47.000,00
20/2019	353/2019	Concessão de patrocínio para realização do 10ª Congresso Regional de Enfermagem Juru-PB	30.000,00
21/2019	275/2019	II CONDEPE – Congresso de Desenvolvimento Profissional em Enfermagem	65.000,00
22/2019	345/2019	1º Colóquio Internacional dos Programas de Pós- Graduação em Enfermagem	41.819,27
23/2019	578/2019	Participação de duas Conselheiras Federais na 1º Cumbre de Líderes de Enfermaria de América Latina Y El Caribe a ser realizada nos dias 06 a 07/05/2019 em Córdoba, Argentina.	320,00
Soma			1.535.994,77

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados publicados pelo Cofen.